

Domínio Prioritário 1- Criação de emprego no âmbito do
Programa Indicativo Plurianual da Cooperação PALOP e
Timor Leste com a União Europeia
DOCUMENTO DE SÍNTESE



**Cooperação
PALOP e TIMOR-LESTE/EU**

Mónica González Bastos

Data de submissão: 27 de Julho 2016



CONTEÚDO

AGRADECIMENTOS.....	2
ABREVIATURAS.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
ANÁLISE DO CONTEXTO REGIONAL.....	4
QUADRO INSTITUCIONAL E LEGISLATIVO SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA.....	4
ORGANISMOS PÚBLICOS.....	4
SOCIEDADE CIVIL.....	6
QUADRO REGULADOR DO EMPREGO, O EMPREENDEDORISMO, POLÍTICA FISCAL E INVESTIMENTO.....	7
DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	9
FORMAÇÃO EM ICCs: ORGANIZAÇÕES E CURRÍCULOS DISPONÍVEIS.....	10
FINANCIAMENTO DAS ICCs.....	11
SECTORES MAIS DESTACADOS DAS ICCs NOS PALOP.....	12
ANÁLISE DOS PROBLEMAS.....	14
ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	16
ACÇÕES RELEVANTES IDENTIFICADAS.....	16
GRANDES ÁREAS DE INTERVENÇÃO: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES.....	17
ANEXO 1: ANÁLISE DE PROBLEMAS.....	20
ANEXO 2: MATRICES DAS ACÇÕES IDENTIFICADAS NO NÍVEL NACIONAL.....	4
ANGOLA.....	5
CABO VERDE.....	6
GUINÉ-BISSAU.....	9
MOÇAMBIQUE.....	11
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	12
TIMOR LESTE.....	15
ANEXO 3: ÁREAS DE ACÇÃO REGIONAIS.....	17



AGRADECIMENTOS

A missão agradece a gentileza e a disponibilidade do pessoal da delegação da UE e do Ordenador Nacional de Moçambique.

Cabe parabenizar a disponibilidade e paciência dos consultores nacionais durante o Seminário de harmonização. A sua boa disposição permitiu desenvolver um trabalho eficiente e em condições ótimas.



ABREVIATURAS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
ADEI	Agência de Desenvolvimento e Inovação
ASSECOM	Associação São Tomense de Entretenimento e Comunicação Multimédia
BUE	Balcão único do empreendedor
CEDARTE	Centro para o Desenvolvimento do Artesanato
CLESE	Centros locais de empreendedorismo e serviço de emprego
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECA	Escola de Comunicação e Arte
ENAV	Escola Nacional de Artes Visuais
END	Escola Nacional de Dança
ENM	Escola Nacional de Música
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
ICC	Indústrias Culturais e Criativas
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro e Médias Empresas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INEFOP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IPEME	Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas
IPEX	Instituto para a promoção de exportações
ISARC	Instituto Superior de Arte e Cultura
ISCTEM	Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, trabalho e segurança social
MDG-F	Fundo para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
MESE	Mecanismo de Subvenções Empresariais
MICULTUR	Ministério de Cultura e Turismo
MIP	Programa Indicativo Multianual
ONG	Organização não governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PALOP-TL	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa-Timor Leste
PDMPME	Programa de desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas
PIB	Produto Interno Bruto
PIREP	Programa Integrado de reforma da educação técnico-profissional
PME	Pequenas e Médias Empresas
PROAPEN	Programa de Apoio ao Pequeno Negócio
RNI	Rede Nacional de Incubadoras
SEPFOPE	Secretaria de Estado para a Política de formação profissional e emprego
SNAPI	Serviço Nacional de Propriedade Industrial
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da Oeste Africana
UNCTAD	Conférence das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



INTRODUÇÃO

No quadro do 11º FED a vigorar até 2020, foi aprovado o Programa Indicativo Plurianual (MIP) da Cooperação PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (PALOP-TL/UE), e dentro deste foi necessária a realização de uma série de estudos nacionais das áreas temáticas no “Domínio Prioritário 1 – Criação de Emprego”, isto é, das indústrias criativas em cada país. Estes estudos nacionais foram posteriormente analisados regionalmente através da revisão dos mesmos e a realização de um Seminário de harmonização para os consolidar num programa comum. É neste quadro que se realizou o presente documento de síntese, que tomando como base as problemáticas partilhadas encontradas, propõe umas áreas de acção para o programa.

ANÁLISE DO CONTEXTO REGIONAL

QUADRO INSTITUCIONAL E LEGISLATIVO SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA

ORGANISMOS PÚBLICOS

Um dos traços mais assinalado sobre o quadro institucional das ICCs nos PALOP-TL é a fraqueza dos organismos públicos, com uma alta volatilidade das instituições que favorece a descontinuidade dos projectos e programas, e com estruturas nem sempre comparáveis entre os diferentes países. Por outra parte, as lacunas nas políticas e regulamentos são persistentes, especialmente nos sectores menos tradicionais como o da exploração de conteúdos digitais, sendo que quando existem regulamentos específicos, ficam muitas vezes sem implementação por falta de meios.

Angola conta com um **Ministério da Cultura** integrado entre outros pela Direcção Nacional de Acção Cultural e a Direcção Nacional de Direitos de Autor e Conexos, ambas de grande relevo para a governança das ICCs. Além dos serviços centrais, existe uma série de organismos tutelados, entre os quais há que destacar pela sua relevância para as ICCs, o **Instituto Nacional das Indústrias Criativas**; o Instituto Angolano de Cinema, Audiovisual e Multimédia, e o Instituto Nacional de Formação Artística. Os recursos orçamentais do sector cultural são limitados, com um valor próximo aos 18M€ para o ano de 2016, dos que até 32,9% corresponde a despesas com pessoal. É importante assinalar que o modelo de governação da cultura é descentralizado, com uma rede de Casas da Cultura de dependência orgânica dos governos provinciais (e funcional do Ministério da Cultura) que cumprem um importante papel de divulgação artística.

A *Política Cultural* em vigor foi aprovada pelo Decreto Presidencial nº15/11 com a vigência de 10 anos e entre outras linhas inclui “Cultura, Economia e Desenvolvimento” – na qual há menção para a indústria editorial do livro, a indústria cinematográfica e vídeo fonográfica, a indústria discográfica, o artesanato e as artes visuais, os espectáculos e o turismo cultural-, assim como para a “Dimensão cultural do desenvolvimento” – que inclui programas sobre cultura e educação, comunicação social, agricultura...-.

Apesar de existir um Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística no Ministério, não se conhecem dados estatísticos de relevo sobre a economia criativa.

No caso de **Cabo Verde**, a última mudança de governo trouxe consigo também uma mudança no sector da cultura. Actualmente existe um **Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas**, que até ao momento conserva a estrutura do antigo governo, com uma Direcção Nacional das Artes com serviços sectoriais, e vários núcleos dependentes directamente do Gabinete do Ministro que se ocupam da implementação de programas concretos, como o Núcleo de Gestão de rede Nacional de Salas, o Núcleo de Exportação de Música e Bens Culturais e o Núcleo de Economias Criativas. Ademais, existem instituições tuteladas pelo ministério, como o Fundo Autónomo de Apoio à Cultura (FAAC) e o Instituto de Propriedade Intelectual (tutela partilhada com a Indústria). O financiamento público para o sector da cultura em 2016 alcançou um valor aproximado de 2,8M€, dos quais aproximadamente 670.000€ foram para o próprio ministério, sendo que mais de 55% foi alocado às despesas com pessoal.

O Ministério aprovou uma série de documentos orientadores importantes, como o *Plano Estratégico Intersectorial da Cultura* e o *Plano “Cabo Verde Criativo”* lançado em 2015. No quadro destes documentos foram implementados vários programas de relevo para as ICCs: o Banco da Cultura/FAAC (que captou entre 2013/16 um montante de quase 3M€, e financiou projectos de valor aproximado de 2,7M€, sendo o investimento mais importante -41%- para a Atlantic Music Expo AME); o Bureau Export Cabo Verde dedicado a fomentar a exportação e a internacionalização da música e dos bens culturais; o Bureau de Direitos Autorais; o Núcleo de Cultura Digital; a Rede de distribuição de artesanato- RENDA.



Não existem em Cabo Verde dados estatísticos sobre a cultura e a economia criativa, se bem que houve um primeiro trabalho com a UNESCO para o desenvolvimento das mesmas.

No caso da **Guiné-Bissau** as competências sobre as ICCs estão partilhadas entre vários organismos, em que se destaca o **Ministério para a Juventude, Cultura e Desportos** (de recente criação) no qual se encontra a Direcção Geral da Cultura que inclui entre outras Repartições de espectáculos, moda e gastronomia; de edição, leitura e divulgação e documentação; de difusão de obras discográficas e de promoção de novos criadores. Os recursos da Direcção são fracos, sendo que apenas um 5% do pessoal são técnicos superiores. Por outra parte, existe um **Ministério de Turismo e Artesanato** com duas direcções gerais, para o turismo e para o artesanato. Os maiores constrangimentos dos organismos públicos, aliás do pessoal pouco preparado, tem a ver com os fracos orçamentos, sendo que a antiga Secretaria de Estado de Juventude, Cultura e Desportos teve em 2015 um orçamento de apenas 1,2M€, dos que mais da metade correspondiam a construção de polidesportivos. Por enquanto Guiné-Bissau não tem uma Política Cultural, mas a sua definição está incluída no plano do governo para os próximos 4 anos, juntamente com a criação de um quadro jurídico e legal para a cultura. No sector do artesanato, o antigo Ministério de Comércio e Artesanato tem marcado objectivos mais concretos para o período, como a criação da Câmara de Artes e Ofícios nacionais, a Casa do artesão, etc. No que diz respeito as estatísticas culturais, Guiné-Bissau participou de um programa da UEMOA para criar este tipo de sistemas estatísticos, e conta com uma Célula de Estatísticas Culturais financiada pela própria UEMOA, mas que está sem funcionamento real.

Em **Moçambique**, a última reconfiguração do governo criou o **Ministério da Cultura e Turismo** (MICULTUR, Decreto presidencial 10/2015), com três Direcções Nacionais nomeadamente, a **Direcção Nacional de Indústrias Culturais e Criativas**; a Direcção Nacional do Património Cultural; e a Direcção Nacional do Turismo. O MICULTUR nasce com a fusão dos antigos Ministério da Cultura e Ministério do Turismo, conservando uma grande parte do pessoal. As fraquezas do pessoal do Ministério são grandes, tanto por número como por formação, sendo que um relatório interno de 2013 estabeleceu que apenas um 33% tinha formação específica na área da cultura. O orçamento disponível pelo MICULTUR foi acrescentado com a fusão, assim, se o antigo Ministério da Cultura tinha um orçamento de em torno de 4M€, o novo MICULTUR tem um orçamento de quase 10M€ (2015). Neste orçamento, os salários continuam a ser uma rubrica importante, com praticamente 20%.

O MICULTUR tem uma série de instituições tuteladas, dentre elas destacam-se pelo seu papel nas ICCs as seguintes: o Fundo de Desenvolvimento Artístico e Cultural-FUNDAC, que principalmente dá subvenções ao sector cultural –sem um procedimento aberto e competitivo- e que ficou no último ano com um orçamento quase simbólico; o Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema-INAC, que licencia filmes e cobra uma taxa do 10% das arrecadações das salas de cinema, mas que se concentra principalmente em tarefas de conservação de património audiovisual; e o Instituto Nacional do Livro e do Disco-INLD, que se ocupa do licenciamento de discos, e que tem também uma actividade muito limitada. Aliás, destas instituições tuteladas, o sector cultural está descentralizado através das Direcções Provinciais de Cultura e Turismo, e os serviços distritais, assim como da rede de Casas da cultura, tanto provinciais como distritais.

Dois são os documentos orientadores do sector cultural, por uma parte a *Política Cultural* (Resolução nº12/97 de 10 de junho), já ultrapassada, e o *Plano Estratégico da Cultura 2012-2022*, com quatro programas, com destaque para o segundo “A cultura como factor de geração de rendimento”, que está sem implementação. Aliás, desde 2011 trabalha-se na elaboração de uma *Política das indústrias criativas*, projecto que começou no âmbito do programa do MDG-Fund, e que depois de inúmeras revisões por vários consultores provavelmente será aprovado no ano corrente, 2016.

Não existem de momento estatísticas sobre a cultura e a economia criativa, se bem que durante algum tempo o INE recolheu dados sobre museus, bibliotecas ou cinemas. No quadro do MDG-Fund lançou-se um processo para a criação de um Sistema de Informação Cultural-SIC, que devia desenvolver o Departamento de Tecnologias e Informação do Ministério, mas que não teve sucesso.

Em **São Tomé e Príncipe**, o sector da cultura está incluso no Ministério de Educação, Cultura e Ciência, que conta com uma **Direcção Nacional da Cultura**. Esta direcção integra o Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe; o Gabinete dos Direitos do Autor; a Direcção do Património Material e Imaterial e o Centro de Promoção das Artes e Espectáculos. São instituições tuteladas a Biblioteca Nacional, a Casa da Cultura e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Cultural. Os constrangimentos das instituições são importantes em



termos de pessoal, com apenas 17 pessoas no sector cultural, e também em termos orçamentais.. A Direcção Nacional de Cultura tem em 2016 um orçamento de pouco mais de 200.000 € (excluindo despesas com pessoal), sendo que aproximadamente 162.000 € é a verba correspondente a construção do Memorial do 3 de Setembro. São Tomé conta com uma *Política Cultural*, aprovada em 2012 pelo Ministério de Educação, Cultura e Formação, e que foi redigida com o apoio da UNESCO. Esta política não fala especificamente das ICCs, mas sim de valorizar a cultura como factor de desenvolvimento social e económico, no entanto, está até hoje sem implementação por causa dos constrangimentos orçamentais. São Tomé e Príncipe carece de estatísticas sobre a cultura e a economia criativa.

Finalmente em **Timor Leste**, existe uma Secretaria de Estado para a Arte e a Cultura integrada no **Ministério de Turismo, Artes e Cultura**, que integra entre outras a Direcção Nacional das Artes, e a **Direcção Nacional das Indústrias Culturais e Criativas**. Depende directamente do gabinete da Secretaria a Unidade de implementação da Academia de Artes e Indústrias Criativas e Culturais. Existem também a Biblioteca Nacional, o Museu e Centro cultural, assim como os centros distritais da cultura que contribuem para a descentralização da promoção cultural. Os recursos orçamentais da Secretaria de Estado para Arte e Cultura são escassos, alcançando em 2015 um volume de cerca de 1,2M€, dos que apenas 77.000 € foram para a Direcção Nacional de Indústrias Culturais e Criativas, e 312.717 € para a instalação da Academia de Artes e Indústrias Criativas e Culturais (ainda em processo).

Existe um quadro regulador integrado por a *Política Nacional da Cultura* (Resolução do Governo No. 24/2009 de 18 de Novembro) que não fala das ICCs. Pelo contrário, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2011-2030, além de apostar em grandes infraestruturas culturais de porte nacional, também identifica as ICCs como elemento importante do crescimento económico, marcando como objectivo que até 2030 as ICCs empreguem um 5% da população.

Os PALOP-TL têm portanto um quadro institucional fraco. Por vezes as competências sobre as ICCs são partilhadas entre vários organismos que não se comunicam entre si. Noutras, não existe nenhum organismo especializado vocacionado para a área. Constata-se fraqueza no pessoal das instituições, tanto pelo número de agentes, como pela formação dos mesmos. Além disso, os orçamentos alocados ao sector cultural são claramente insuficientes para conseguir os objectivos propostos. É igualmente destacável a falta completa de dados estatísticos, sendo que nenhum dos PALOP-TL aparecem referenciados nos quadros estatísticos de referência, como os da UNCTAD.

Porém, há que destacar como dado muito positivo a presença crescente de organismos vocacionados especificamente para as ICCs, que mesmo incipientes e com constrangimentos mostram o interesse que o sector está a levantar como factor de desenvolvimento económico. Junto destes novos organismos, existe um certo esforço pela planificação integral do sector através de documentos estratégicos, que mesmo sem implementação por falta de orçamento, indicam as áreas de maior potencial.

SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil tem um papel de grande relevo nas ICCs, abrangendo tanto associações de tipo profissional como as companhias privadas e as ONG. Em tanto que indústrias, as ICCs se configuram com preferência como PME. O sector privado é um agente imprescindível para conseguir a criação de emprego neste âmbito. As instituições públicas podem e devem fornecer as condições para que o sector privado possa desenvolver-se, mas em nenhum caso podem vir a o substituir.

Em **Angola** existe uma série de associações de carácter profissional, como a UNAC (União Nacional dos artistas e compositores-Sociedade de autores), a União dos escritores de Angola; a União nacional dos artistas plásticos; a Associação dos Editores e Livreiros de Angola; a Associação angolana dos profissionais de cinema e audiovisual e a Liga angolana de promotores (caso atípico nos PALOP-TL).

Em **Cabo Verde** foram identificadas três associações de relevo para as ICCs, como a Associação Comercial de Sotavento, a Associação Comercial do Barlavento e a Organização das mulheres Caboverdeanas, que realizam trabalhos em relação com o artesanato. Em Cabo Verde existem também associações de tipo profissional, muitas de dimensão local, como a Associação de músicos da Ilha de Sal ou a Associação de artesãos de Mindelo.

Em **Guiné-Bissau** foram identificadas várias ONG, entre elas a Acção para o Desenvolvimento (património histórico e artesanato); Ajuda ao Desenvolvimento do Povo para o Povo (economia criativa e inclusão da juventude); Divutec (mulheres tintureiras); Fórum social para a Projecção da Cultura Guineense (música) e



Cobiana Produções (música). Existem igualmente associações profissionais, como a Associação Nacional de Músicos, a Sociedade Guineense de Autores, a Associação Nacional de Produtores e Promotores de Arte (ANPPA) ou a Associação de Artesãos da Guiné-Bissau, a qual ainda não está legalizada, por falta de meios financeiros.

Em **Moçambique** existem associações profissionais de longa data, entre elas há que destacar: a Associação de Músicos Moçambicanos-AMMO (foca-se em estabelecer um quadro regulador do trabalho do músico, criando um *Código Ético do Músico*, que contempla melhoras na sua contratação e na proteção social; tem escola de música e palco); a Associação Nacional de Artesãos-ANARTE (criada com o apoio do MDG-F, o seu alcance é ainda pequeno); a Associação Moçambicana de Cineastas-AMOCINE (organiza ciclos de cinema, conseguiu gerir um pequeno fundo de produção e participou activamente na redação da nova Lei do cinema); Sociedade Moçambicana de Autores-SOMAS (com escassa capacidade de colecta). Existem ainda outras associações profissionais importantes como a de escritores. Além das associações profissionais, destacam-se outras organizações como a CEDARTE, dedicada à promoção do artesanato, com longa trajectória e trabalho exitoso; a IVERCA no âmbito do desenvolvimento do turismo comunitário; o Music Crossroads no sector da música, com uma escola própria, o Núcleo de Arte e o MuvArt no sector das artes plásticas; a ONG Helvetas com uma grande actividade cultural especialmente no norte do país, além da actividade da Agha Kan Foundation. Em geral, mesmo com fraquezas, o associativismo é importante no sector, especialmente em pequenas associações de artesãos.

Em **São Tomé e Príncipe** há que destacar a CACAU, um centro e associação multidisciplinar que oferece apoio a vários sectores da cultura, desde as artes plásticas passando pela música e o teatro, até o turismo gastronómico. Além da CACAU foram identificadas a associação Cafuka que agrupa os artistas plásticos, a Associação de jornalistas, de recente criação, e a Associação de entretenimento e comunicação multimídia que realiza o São Tomé FestFilm- Festival de cinema internacional. Existe igualmente uma Associação dos Músicos Santomenses e a Associação dos Artistas Plásticos Santomenses.

Em **Timor-Leste** destacam-se algumas cooperativas como a Cooperativa de Maubara, a associação Arte Moris e Gembel (artes plásticas) ou o projecto Montanha.

Existe portanto um certo movimento associativo, mas com capacidades fracas e baixa representatividade. Há que destacar que muitas das associações profissionais têm já uma larga trajectória, dado extremamente positivo, contudo, nem em todos os países são tratados como interlocutores importantes por parte das instituições públicas.

QUADRO REGULADOR DO EMPREGO, O EMPREENDEDORISMO, POLÍTICA FISCAL E INVESTIMENTO

As ICCs são um sector produtivo relativamente novo, e conformado prioritariamente como micro ou pequena empresa. Na sua maioria são actividades de difícil deslocalização, e com um uso de mão de obra intensivo, porém, também é um sector com altas taxas de emprego temporário e uma certa precarização.

Angola concebe tanto no seu plano de desenvolvimento nacional como no programa do governo a empregabilidade como um objectivo fundamental. Neste quadro surgiu o *Programa de Políticas activas de emprego e de formação profissional*, onde a formação e a empregabilidade aparecem unidas.

O emprego está regulado pela *Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15)* aplicável a todos os trabalhadores. Um dos organismos de relevo é o **INEFOP**, o Instituto nacional de emprego e formação profissional.

No âmbito do empreendedorismo aprovou-se a *Lei 30/11 de 13 de Setembro de 2011 de micro, pequenas e médias empresas*. O **Instituto Nacional de Apoio às micro, pequenas e médias empresas** implementa um programa de revitalização das PME no quadro desta lei. Oferece formação, consultoria e suporte na candidatura a financiamento e lançou uma Incubadora de empresas da indústria ligeira. Por outra parte, há acções destacadas dependentes directamente do MAPTSS, entre outras a criação dos **Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE)** que oferecem tanto serviços de formação como de incubação. Existe igualmente o *Programa Angola Investe* que tem por objectivo oferecer financiamento as micro, pequenas e médias empresas.

Relativamente a criação de empresas há que destacar a criação do *Balcão único do empreendedor-BUE*, assim como o *Programa de Apoio ao pequeno negócio-PROAPEN*. Não foram identificados modelos fiscais específicos para favorecer as ICCs.



Em **Cabo Verde** o **Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional** é responsável por 10 centros de emprego e formação, que entre outros oferecem formação em empreendedorismo e pequeno negócio, assim como algumas relativas às ICCs, nomeadamente: artes gráficas, áudio-visual, artes visuais, artes cénicas, música e artesanato. O projecto principal neste âmbito é a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde.

No apoio ao empreendedorismo o **Cabo Verde Investimentos** ganha destaque, se ocupa principalmente da promoção e exportação dos bens e serviços do país; a **Agência de Desenvolvimento e Inovação-ADEI** que apoia as micro e pequenas empresas através de formação e serviços de incubação, tendo identificado várias áreas das ICCs com potencial e apoiado em 2015 a 141 empresas dos sectores criativos. Paralelamente existe a **Rede Nacional de Incubadoras**, que em parceria com a ADEI incuba empresas, em algumas ilhas focando-se em áreas das ICCs como o turismo ou serviços e artes.

Dentro do quadro jurídico importa destacar o *Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas (Lei nº70/VIII/2014)*, que visa incentivar e promover o empreendedorismo, aumentar a competitividade nacional e alavancar a economia; assim como o *Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR)*, com um regime muito favorável para as actividades culturais.

Na **Guiné-Bissau**, apesar de o emprego e a qualificação profissional serem sectores prioritários para o governo, não existe ainda um organismo que se ocupe com esta questão. Foi criado um **Fórum de Emprego e Formação Profissional** que traçará a estratégia para a criação de um Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, assim como a criação de Centros do Emprego.

Em **Moçambique** foi lançada uma *Estratégia para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas*, que se ocupa mais de processos que de sectores específicos. Igualmente foi criado o **Instituto de Promoção das Pequenas e Médias Empresas-IPEME**, que oferece diversos serviços de acompanhamento aos empreendedores, como os **Centros de informação-CORES**, o programa CADUP-Cada distrito um produto, programas de assistência financeira; o Fundo empresarial da cooperação portuguesa, ou o MESE, outro programa de financiamento para empresas. Estas oportunidades não estão a ser aproveitadas pelas ICCs, que desconhecem estes programas, e tampouco o IPEME conta com pessoal preparado para trabalhar com as ICCs. Foi posto em funcionamento um *sistema de licenciamento simplificado para as PMES* em uma grande parte de actividades de que poderiam beneficiar-se quase a totalidade das empresas criativas.

No âmbito do emprego destaca-se a *Estratégia de emprego e formação profissional (2006)* que não contempla áreas culturais, assim como a *Lei 23/2007 do Trabalho*, que mesmo flexibilizando o mercado laboral, não dá respostas às necessidades particulares dos trabalhadores culturais, isso faz com que muitos não estejam registados no INSS, e portanto fiquem com direitos laborais muito precários. Desde o ponto de vista fiscal, a introdução da figura do **ISPC** simplifica claramente as obrigações tributárias das pequenas empresas. Determinadas áreas das indústrias culturais estão afectadas pelo regulamento relativo a exportações, assim destaca o *Decreto 10/81 de 25 de Julho relativo ao comércio de bens culturais* completado pelo *Diploma Ministerial 220-A/2002 de 17 de Dezembro que regula a exportação do artesanato* dependendo da matéria prima. A importação de bens culturais também está sujeita a taxas importantes, mesmo que a pauta fiscal aprovada por *Lei 6/2009 de 10 de Março* introduza isenções para certos bens, como instrumentos, com procedência da África do Sul ou da UE.

Em **São Tomé e Príncipe** a Câmara de Comércio e indústria atravessou diversas dificuldades, mas existem algumas iniciativas privadas de apoio ao empreendedorismo, como a Associação de empresários de São Tomé e Príncipe, a Associação de jovens empresários, ou o Fórum de empreendedores santomenses.

Como mecanismo facilitador destaca-se o Guiché Único Empresas (GUE), que está sob a égide do Ministério da Justiça. O GUE é um serviço com competência para proceder ao registo completo de empresas (sociedades comerciais), bem como efectuar as alterações ou extinções das mesmas e actos afins.

O governo irá implementar alguma actividade relativa ao empreendedorismo em 2016 através do programa *Formação e capacitação de jovens empreendedores* (202.480€). Por outra parte, a promoção de emprego está ligada a formação profissional. O espaço CACAU também tem um projecto de incubadora de empresas, focado no âmbito das ICCs.

Em **Timor Leste** o SEPFOPE- Secretaria de Estado para a formação profissional e emprego tem principalmente três vias de apoio para a criação de emprego. A primeira é um programa de emigração organizada de jovens. A segunda é o programa de autoemprego mediante o qual oferece apoio a empresas



de pequena dimensão, entre outras, de turismo. E finalmente apoia vários centros de treinamento e formação. Tem também um papel importante a **Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste**, organização privada que pretende desenvolver o sector privado.

No conjunto dos PALOP-TL a situação é portanto bastante desigual, mas positiva no sentido de quase todos os países contarem com instituições e programas virados para o empreendedorismo e o desenvolvimento das PME. Porém estes programas têm um alcance muito limitado, e excepto no caso de Cabo Verde, não avançaram na ligação com as ICCs devido a uma falta de capacidade na área e a uma fraca coordenação com as instituições culturais pertinentes.

DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proteção da propriedade intelectual e a gestão dos direitos de autor e conexos é um dos grandes assuntos com o que a consolidação das indústrias criativas tem que lidar para gerar rendimento e ser autossustentável. **Angola** é membro da WIPO, no entanto não ratificou a Convenção de Berna de proteção de obras literárias e artísticas. Aprovou a *Lei 15/14 Lei que regula a Protecção dos Direitos de Autor e Conexos*, nas áreas das Artes, Literatura, Ciência ou outras formas de conhecimento e criação, que inclui um modelo bastante avançado de proteção. Igualmente, aprovou um *Decreto sobre a protecção de videogramas e fonogramas* em 2005. Existe a **UNAC-AS, União Nacional dos artistas e compositores-Sociedade de Autores** como órgão de gestão colectiva. Por enuanto não começaram ainda com a coleta dos direitos patrimoniais, sendo que o director da UNAC-AS anunciou a formação de quadros para esta tarefa no início do ano de 2016.

Cabo Verde ratificou a Convenção de Berna em 1997. Teve uma primeira lei de direitos de autor: *Lei nº 101/III/90, de 29 de Dezembro*, conhecida por “Lei dos Direitos de Autor”, posteriormente revista por *Decreto-Legislativo nº 1/2009 de 27 de Abril*. Em 2010 foi criado o **Instituto de Propriedade Intelectual de Cabo Verde**. Existem duas sociedades de gestão dos direitos de autor, a **SOCA- Sociedade Caboverdiana de Autores** e a **SCM- Sociedade Caboverdeana de Músicos**. Em 2014, foi criado mediante portaria 65/2014 o **BUDA-Bureau de Direitos Autorais** que está a preparar uma revisão do pacote legislativo relativo aos Direitos de autor.

Guiné-Bissau ratificou a Convenção de Berna em 1991. Tem um *Código do Direito de Autor (aprovado pelo Decreto-Lei nº 46.980 de 28 de Marco de 1972)*. A Direcção Geral da Cultura integra um **Gabinete de Direitos Autorais**, e o **Ministério de Energia e Indústria** tem um **Gabinete da Propriedade Intelectual**. Existe uma **Sociedade Guineense de Autores**.

Moçambique ratificou a Convenção de Berna em 2013. Em 2001 aprovou a *Lei 4/2001 de 27 de Fevereiro de Direitos de Autor* que permanece praticamente sem aplicação por não existir regulamento que especifique procedimentos e multas concretas, e porque a **SOMAS-Sociedade Moçambicana de Autores** não tem capacidade representativa nem arrecadatória. Uma revisão da lei de Direitos de Autor foi preparada pelo MDG-F, mas não foi aprovada. No quadro deste mesmo programa se desenvolveu uma estratégia para a SOMAS. Existe no geral um grande desconhecimento do que são realmente os Direitos de Autor e conexos, que obras podem ser registadas e como proceder para o registo, assim como de modelos de exploração dos direitos de autor. Existem normas adicionais para o cinema e a música. Existe igualmente um *Código da Propriedade Industrial* aprovado pelo Decreto 18/99 e refundido pelo *Decreto 4/2006 de 12 de Abril*, que está sob responsabilidade do **Instituto da Propriedade Industrial-IPI**, de que as ICCs de momento não fizeram uso.

São Tomé e Príncipe ratificou a Convenção de Berna a 14 de Junho de 2016. Existe um *Código do Direito de Autor (aprovado pelo Decreto-lei n.º 46 980 de 27 de Abril de 1966)* e a **SENAPI- Serviço Nacional da Propriedade Industrial** é o encarregado pela sua implementação integrando um **Departamento de Direitos de Autor e Conexos**. Neste momento está a preparar tanto uma revisão da legislação como a gestão colectiva dos direitos de autor.

Timor Leste não ratificou a Convenção de Berna. A Sociedade Portuguesa de autores começou uma parceria com o governo timorense em 2014 para avançar numa lei e um sistema de gestão.

A situação dos direitos de autor é portanto precária nos PALOP-TL. Existem regulamentos em quase todos os países, mesmo que estejam obsoletos em determinados casos, e estão a ser criadas estruturas públicas que se ocupam dos mesmos. Porém, os recursos das estruturas públicas e das sociedades de gestão são muito fracos, pelo que uma implementação efectiva dos regulamentos está longe de se tornar realidade.



FORMAÇÃO EM ICCs: ORGANIZAÇÕES E CURRÍCULOS DISPONÍVEIS

A formação relativa as ICCs inclui tanto formações gerais de negócio, contabilidade, etc, como formações específicas, tanto artísticas como técnicas, relativas aos diferentes sectores.

Em **Angola** há que destacar o **CEARTE-Complexo de Escolas de Arte** no qual se ministram formações de Artes Plásticas e Visuais, Música, Teatro, e Dança do nível médio. O **Instituto Nacional do Património Cultural** oferece formações em Gestão Cultural e Gestão do património. Várias universidades oferecem formação em Comunicação audiovisual e em Gestão do turismo.

No âmbito do Ensino Técnico-Profissional do grau básico e médio foram incluídos cursos relativos as ICCs, nomeadamente: técnicos de dança educativa, técnicos de teatro, técnico de música, técnico de escultura, técnico de desenho artístico, técnico de comunicação gráfica, técnico de *design* multimídia, técnico de turismo. No âmbito da Formação Profissional para o emprego existem cursos de formação nas áreas de multimídia, corte e costura, artesanato e música. No âmbito do *Programa avanço* existem formações específicas para mulheres que incluem desenho gráfico, fotografia, guia turístico, música, artesanato, corte e costura, danças tradicionais, desenho e pintura, olaria entre outras.

Em **Cabo Verde** destaca-se a **M_EIA-Escola Internacional de Arte** que oferece formação superior em arquitectura, artes visuais, *design*, educação artística, gestão e produção cultural e cinema e audiovisual. A Universidade Lusófona oferece licenciaturas em Ciências da comunicação, *Design*, Gestão de empresas turísticas; a Universidade Jean Piaget oferece licenciatura em Ciências da comunicação e em Gestão turística; a Universidade de Cabo Verde oferece licenciaturas em Ciências da comunicação, Gestão do Património Cultural e Turismo e Cultura; além de cursos superiores profissionalizantes (18 meses) em artes e *design*, comunicação e produção audiovisual, gestão hoteleira e turismo, guia turístico. O **IEFP-Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional** começou a incluir formações ligadas às ICCs, assim em 2015 ofereceu cursos de Guia turístico e *Design* e multimídia. No quadro do Sistema Nacional de qualificações existem 88 formações prioritariamente nas áreas de hotelaria, restauração e turismo. Existem várias **Escolas de Artes e Ofícios**. A de **Cidade Velha** foi criada em 2014 e no início a escola formou jovens em artesanato e reciclagem, gestão e produção cultural, assistente de ourivesaria, fabricação e manutenção de instrumentos musicais de cordas e produção e promoção de produtos e eventos culturais.

Em **Guiné Bissau** não se assinala oportunidade formativa de nenhum tipo, seja superior, médio ou profissional, sendo que a Escola Nacional de Música está sem actividade na actualidade. A CEARTE (Portugal) assinou um acordo com o governo para fornecer formação em artesanato. A **Escola de Artes e Ofícios de Quelelé** também tem um importante papel formativo.

Em **Moçambique** há várias oportunidades de formação superior no âmbito das ICCs, destacando especialmente o **Instituto Superior de Arte e Cultura-ISARC** que oferece licenciaturas em Gestão Cultural, Artes Visuais, Desenho, Dança e Cinema. A **Escola de Comunicação e Arte-ECA** da Universidade Eduardo Mondlane oferece licenciaturas em Comunicação Audiovisual, Música e Teatro. A UEM, através da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane também oferece cursos de licenciatura em Gestão Hoteleira, Animação Turística, Informação Turística e Gestão de Mercados Turísticos. A Universidade Politécnica, a Universidade Católica de Moçambique e o ISCTEM oferecem licenciaturas em Ciências da comunicação e em Gestão de turismo que integra matérias de turismo cultural. No âmbito das formações formais não superiores, destacam-se Escolas Nacionais, nomeadamente, a **Escola Nacional de Música-ENM** e a **Escola Nacional de Dança-END** que oferecem formação básica; e a **Escola Nacional de Artes Visuais-ENAV** que oferece várias formações de grau médio, entre outras de desenho. O currículo das escolas nacionais começou a ser implementado nas Casas da Cultura Provinciais no presente ano de 2016.No Sistema Nacional de Qualificações ainda não foram introduzidos currículos ligados às ICCs, apesar de estar finalizado o desenho do currículo de artesanato no âmbito do PIREP. As oportunidades formativas não formais são muito importantes, como os cursos de música da AMMO, da Rádio Moçambique ou da Music Crossroads; ou os cursos de artesanato da MOZARTE ou a CEDARTE. O **INEFP** oferece formações de curta duração (20 a 12 semanas) nas áreas de Corte e costura e Artesanato.

Em **São Tomé e Príncipe**, no âmbito da formação profissional destaca-se o **Centro de formação profissional Budo-Budo** em parceria com a cooperação portuguesa que oferece formações em carpintaria, artesanato-olaria, cestaria e tapeçaria, e escultura-, animador sociocultural, guias turísticos e costura.



Em **Timor Leste** não foram referenciadas formações específicas, mas sim que estão em desenvolvimento as Escolas de Artes e música.

As oportunidades formativas são escassas, especialmente em habilidades de negócios e nos aspectos técnicos e de gestão das ICCs. Porém, existem potencialidades nas redes de centros e casas da cultura que existem em todos os PALOP-TL para desenvolver programas formativos, além de estruturas de apoio à inovação e ao empreendedorismo que poderiam converter-se em polos de formação e incubação das ICCs. A oferta formativa tem que ser valorada em relação ao mercado de trabalho potencial, e portanto, adoptando sistemas formativos flexíveis e adaptáveis a sua capacidade de absorção.

FINANCIAMENTO DAS ICCs

No financiamento das ICCs há que distinguir o financiamento público do sector cultural, o financiamento privado e as contribuições dos parceiros internacionais.

O orçamento do estado alocado ao **sector cultural angolano** tem um valor aproximado de 18M€ (2016). Existe um **Fundo de Apoio às actividades artísticas e culturais- FEAAC** que no presente ano de 2016 conta com pouco mais de 258.000 €. Existe uma *Lei do Mecenato (Lei n.º 8/12, de 18 de Janeiro)*, com um *Regulamento da Lei do Mecenato (Decreto Presidencial n.º 195/15)*.

Em **Cabo Verde** o orçamento do sector cultural público alcançou aproximadamente 2,8M€ em 2016. O governo tem vários programas de apoio directo para as ICCs, entre outros há que destacar o **Bureau Export**, que presta apoio para assistir a eventos internacionais e outras vias de exportação. Destaca-se também o **Banco da Cultura**, que foi criado em 2011 na base do já existente **Fundo Autónomo de Apoio à Cultura** criado pela resolução 38/2002 de 23 de Outubro, para oferecer empréstimos em moldes comerciais a projectos e empresas culturais, tendo financiado entre 2012 e 2015 projectos de quase 2,8M€, dos que 41% correspondeu a AME-Atlantic Music Expo, pouco mais do 10% ao financiamento do carnaval, e o resto a projectos individuais. Existe uma *Lei do Mecenato Lei n.º 45/VI/2004, de 12 de Julho com o DR n.º 8/2004, de 25 de Outubro – Regulamenta o Mecenato Cultural e a Portaria n.º 39/2005, de 4 de Julho – Cria o Serviço de Registo dos Mecenas e dos Beneficiários (SRMB)* que, entre outras áreas, visa o fomento, a protecção, o conhecimento e o desenvolvimento do sector cultural, com benefícios fiscais para os mecenas pessoas colectivas e mecenas pessoas singulares que incentivarem a formação artística e cultural, a produção e divulgação cultural e artística no território e no estrangeiro, entre outros. Também, a **Promotora**, uma instituição de capital de risco, tem certa importância para o financiamento. Criada em 1996 como empresa pública e depois privatizada, disponibiliza capital para *start ups*, tendo financiado várias iniciativas de economia criativa.

Os orçamentos públicos do sector cultural em **Guiné-Bissau** são muito fracos como referido anteriormente. Existe o *Estatuto do Mecenato (Lei n.º 18/2011)* que prevê a dedutibilidade fiscal dos donativos concedidos às entidades públicas e privadas envolvidas em actividades de solidariedade social, desportivas, culturais, científicas, tecnológicas e de defesa do meio ambiente no país. O acesso ao crédito comercial é inalcançável para as ICCs por causa dos altos juros.

Em **Moçambique** o orçamento do estado para o sector da cultura, excessivamente centralizado e portanto impedindo que os serviços descentralizados se transformem em clientes das ICCs, é claramente insuficiente, alcançando algo mais de 22M€ (quantidade na que se inclui também o financiamento do turismo). O **Fundo de Desenvolvimento Artístico e Cultural-FUNDAC** apoia projectos culturais, no entanto, mesmo que no ano de 2015 tivera um orçamento de quase meio milhão de €, em 2016 o seu orçamento ficou reduzido a um montante simbólico. No que concerne ao financiamento privado, está em vigor a *Lei do Mecenato 4/93 de 13 de Setembro e o seu Regulamento aprovado por Decreto 29/98 de 9 de Junho*, que fica quase sem implementação por desconhecimento e por uma fraca correspondência dos estímulos tributários à realidade actual. Foram envidados esforços para a sua revisão, entre outros através do programa ACPCulture+, mas por enquanto não se avançou. Porém, é habitual a participação de grandes empresas como a Coca Cola ou a M-Cel no patrocínio de actividades culturais, dentro dos seus programas de marketing. No que diz respeito ao financiamento comercial, os empréstimos comerciais ficam fora do alcance das ICCs pelos juros e pelo tipo de actividade. O FUNDAC adiantou com um projecto para a criação de um Banco da Cultura, que foi suspenso numa última fase por falta de aprovação do Ministério.

O orçamento do sector cultural público em **São Tomé**, como supramencionado, é claramente insuficiente para alavancar as ICCs, sendo que está em estudo a criação de um Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Cultural e a institucionalização de uma Comissão Autónoma de Gestão do Fundo que poderá ser uma grande



oportunidade de financiamento. Em 2014 foi aprovada uma *Lei de Mecenato para cultura e desportos* mas não está regulamentada.

Quanto a **Timor Leste**, os orçamentos públicos são exíguos como acima referido. Não foi referida a existência de quaisquer fundo de apoio para o sector cultural privado, nem existem referências a financiamento privado ou lei do mecenato.

O financiamento dos empreendimentos criativos se coloca portanto como o grande desafio das ICCs nos PALOP-TL. Os fundos públicos para o sector são quase marginais, e o acesso ao crédito bancário é inexistente. Com excepção de Cabo Verde, que introduziu o Banco da Cultura, em que as lógicas de financiamento ficam ainda pegadas às lógicas de subsídio, e não a de investimento. Nesta situação, os empreendedores criativos devem apoiar-se nos recursos próprios ou nos escassos patrocínios privados.

SECTORES MAIS DESTACADOS DAS ICCs NOS PALOP

Sem ânimo de profundidade, podem indicar-se algumas características sectoriais das ICCs nos PALOP-TL.

O **artesanato** é um dos sectores assinalado como tendo maior capacidade para a criação de emprego, especialmente em camadas com fraca formação. No conjunto dos PALOP-TL a formação em artesanato é feita principalmente de forma informal, existindo apenas algumas formações profissionais. Isto faz com que a capacidade inovadora dos artesãos seja limitada. A produção do artesanato é muito diversa nos PALOP-TL, mesmo tendo pontos em comum que poderiam ser explorados com projectos regionais –por exemplo, relacionados com os tecidos-, mas partilham ter por uma parte do artesanato focado na produção de objectos de uso diário, e portanto com um público prioritariamente local, e por outro lado, um artesanato artístico que precisa de redes de distribuição mais amplas. Parece estar a criar-se um novo mercado para o artesanato virado para o *design* entre as crescentes classes médias locais. A produção é feita principalmente de forma individual ou em cooperativas e associações, e muito raramente através de empresas. Os grandes constrangimentos na produção tem a ver com a dificuldade de financiamento, assim como com a dificuldade de acesso a certos materiais especialmente protegidos. Existe por outra parte, dificuldade em desenvolver a qualidade e a inovação nos produtos, mesmo que vários programas tenham sido ou estejam a ser implementados neste sentido (como exemplo, o projecto Hi! em São Tomé e Príncipe <http://hi-social.com/>). A distribuição é feita principalmente pelos próprios artesãos, que maioritariamente não têm habilidades para o desenvolvimento de mercados. A criação de mercados, tanto internacionais como nacionais é imprescindível para que o artesanato seja sustentável. Existem agentes de relevo no artesanato em todos os PALOP-TL. Em Cabo Verde há que destacar o programa RENDA, que entre outros facilita os custos de distribuição do artesanato, assim como o Centro Nacional de Artesanato e Design que realiza o Fórum Nacional de Artesanato-FONARTES; em Guiné Bissau a UEMOA está a trabalhar no sector; em Moçambique a CEDARTE oferece todo tipo de serviço para o artesanato, e também um programa de exportação foi tentativamente implementado pelo IPEX, assim como a experiência da FEIMA; em Timor Leste, a Alola que trabalhou no sector junto da OXFAM, e destaca o Mercado de Tais em Dili como ponto de venda.

No âmbito da **música** as disparidades são maiores. As oportunidades formativas de tipo artístico na área não existem por exemplo em Guiné Bissau ou São Tomé e Príncipe, mas as mesmas estão relativamente desenvolvidas em Moçambique. Porém, os perfis técnicos e de gestão apresentam grandes lacunas em todos os PALOP-TL. No que concerne a produção musical, a introdução do digital tem mudado a situação ao permitir gravações com equipamentos relativamente modestos. No caso dos estúdios de gravação profissional, estes são mais escassos, concentrando-se nas capitais. Sendo que o seu número não é muito alto, até ao momento satisfazem as necessidades de uma indústria musical reduzida, que raramente pode assumir os custos de uma produção de qualidade. Uma grande parte destes estúdios, de facto, fazem o seu trabalho musical sustentável apoiando-se em trabalhos de outros tipos, especialmente para a publicidade e corporativo. Por outra parte, há que ter em conta que a produção musical prescinde cada vez mais da impressão do disco para focar-se em outros formatos, nomeadamente o digital. Outra parte indispensável da produção musical passa pelo vídeo, ferramenta imprescindível para a distribuição na *internet* e na televisão, onde existem canais especializados para música dos PALOP-TL. O nível ou a possibilidade de acesso a produção audiovisual também é muito distinta entre os diferentes países do grupo. As redes de distribuição da música ainda são fracas. Existem alguns regulamentos sobre comercialização da música, mas a proteção dos direitos de autor constitui um dos elos mais fracos da indústria. Apesar de as rádios e as televisões públicas serem grandes consumidoras de música, ainda não existem mecanismos que facilitem o pagamento dos direitos de forma sistemática. Ainda



que exista uma grande quantidade de músicos, o aspecto do *management* está pouco desenvolvido, sem selos, promotores ou agências de *booking*. Na música ao vivo se colocam vários desafios, entre outros os custos de produção, sendo que existem poucas empresas a fornecer aparelhagem. Adicionalmente, os próprios custos de deslocação fazem com que seja extremamente difícil fazer digressões. Deixando fora os casos de Angola e Cabo Verde, o nível de internacionalização da música também é baixo, o que não permite aproveitar a economia de escala. Na indústria musical também há experiências destacáveis, como a celebração da AME- Atlantic Music Expo em Cabo Verde, ou a celebração de festivais de música como o Festival Azgo em Moçambique. Há que destacar que a regionalização do sector é maior que em outras ICCs, com iniciativas importantes como os próximos PALOP Music Awards que se celebrarão pela primeira vez em 2017 (iniciativa privada da GMS-Entertainment), ou o PALOP Music Stars; e iniciativas de internacionalização incipientes como o programa NA VIA, de música dos PALOP no VoxÁfrica que emite sinal desde o Reino Unido para todo o mundo.

No âmbito dos **espectáculos ao vivo e eventos** são aplicáveis as características já adiantadas para a música ao vivo. Não existem formações técnicas de produção de espectáculos, e os grupos artísticos participantes, amiúde são amadores. Porém, na prática totalidade dos PALOP-TL os festivais culturais têm uma grande capacidade de atrair público –sempre que o espectáculo seja grátis- o que gera externalidades importantes, sobre tudo em hotelaria e restauração. Estes espectáculos são organizados principalmente pelas autoridades públicas, que actuam como promotores artísticos, com destaque para eventos como os Carnavais de Cabo Verde e do Guiné-Bissau ou o Tlundu de São Tomé. Além deste tipo de eventos públicos, cada vez mais existem oportunidades de negócio nos eventos corporativos, organizados por grandes marcas como forma de *marketing*. Em considerável menor medida existem os promotores privados de eventos, concentrados sempre nas capitais. O grande desafio consiste em passar de uma cultura de Festival para uma cultura de agenda cultural contínua.

O sector do **turismo cultural** é outro dos âmbitos destacados por todos os PALOP-TL. Porém, há que ter em conta que o potencial do turismo cultural é mais um potencial futuro que um potencial actual, com a exceção de Cabo Verde, que recebe por volta de meio milhão de turistas por ano. As entradas de turistas no resto de países são muito baixas, e as infraestruturas turísticas são fracas, levando a um fraco *value for money* e a perda de atractivo como destino turístico frente a competidores mais preparados. A isto há que adicionar a instabilidade política e a burocracia dos vistos que cria uma imagem negativa dos países que nem sempre corresponde a realidade. Com respeito as ofertas formativas ao redor do turismo cultural, estas estão especialmente desenvolvidas em Cabo Verde, que conta com um curso de Licenciatura em Cultura e Turismo. No âmbito do ensino técnico aparecem formações relativas ao turismo em quase todos os PALOP-TL, se bem que são formações mais orientadas para a restauração e a hotelaria que ao desenvolvimento de serviços culturais para os turistas. Sendo que todos os PALOP-TL têm potencialidades turísticas importantes, os que de forma mais imediata poderiam tirar proveito das mesmas são São Tomé e Príncipe, pois o turismo é junto do sector primário o principal contribuinte para o PIB, e Timor Leste, que pode capitalizar a sua situação geográfica, muito próxima a destinos tradicionais de lazer.

Também é importante destacar o sector relativo ao **digital**, quer seja através da criação de conteúdos digitais, quer seja através do fornecimento de serviços de suporte. Este âmbito tem uma grande capacidade de criar empregos de maneira transversal a todas as indústrias criativas, além de prestar serviços a outro tipo de indústria (por exemplo, criação de páginas webs, gestão de imagem em rede, etc.). Porém, as formações neste âmbito são muito fracas, especialmente as de tipo técnico-profissional não focadas na informática básica. Dado que toda a economia está a caminhar para o digital, o conhecimento de modelos de negócio digital é imprescindível, e parece especialmente promissório em lugares como Cabo Verde ou São Tomé que tem um grau de penetração da *internet* altíssimo (39,7% da população e 25,2% respectivamente). Em outros lugares, como Timor Leste, onde as infraestruturas de comunicações são muito mais fracas, as potencialidades são mais futuras que presentes. Porém, a necessidade de unir inovação e tecnologia às indústrias culturais e criativas é assinalada como importante, sendo que é especialmente relevante para a melhoria e diversificação de produto, para a partilha de experiências e para a criação de novas redes de distribuição (por exemplo, as plataformas digitais para produtos audiovisuais, que estão a permitir a produção de programas para a *internet* e *web series*, como *Os criativos*).



ANÁLISE DOS PROBLEMAS

Os estudos nacionais do sector das ICCs revelam que, existindo uma grande diferença no seu grau de desenvolvimento nos diferentes países PALOP-TL, também existem problemas partilhados entre todos, que se manifestam com maior ou menor intensidade segundo o país. Estes problemas podem ser divididos em quatro grupos: 1/ A baixa eficiência das instituições públicas; 2/ Um quadro regulador das ICC desadequado; 3/ As baixas capacidades existentes no sector das ICCs e 4/ uma visão muito tradicional da cultura prevalente nos PALOP-TL.

A baixa eficiência das instituições públicas encarregadas das ICCs é um problema importante, porque sem um quadro regulador que possa dar continuidade aos esforços envidados pelos diferentes programas e sem um responsável pela estruturação do sector, é difícil conseguir um aproveitamento dos potenciais das ICCs. As causas desta situação são várias:

- Em primeiro lugar, o desenho organizativo da institucionalidade cultural é desadequado, com uma fragmentação notável das responsabilidades das ICCs, partilhadas entre várias instituições que têm fraca comunicação ou coordenação entre si. Isto tem a sua origem num desconhecimento das dinâmicas das ICCs por parte dos decisores políticos, e do seu funcionamento em rede, devido em grande parte a esta noção ser relativamente nova no contexto dos PALOP-TL. Para além disso, existe uma grande variação temporal na estrutura organizativa, com contínuas reconfigurações dos órgãos responsáveis, de maneira a que a continuidade da implementação de programas públicos de longa duração não é garantida. Isto reflete que a cultura é percebida até certo ponto como um sector secundário ou menos relevante que outras políticas de maior peso como pode ser a educação. Assim, parece que a cultura, sempre de difícil definição, não encontra um acomodo definitivo nas estruturas governamentais.
- Em segundo lugar, os recursos humanos das instituições públicas, para além de serem escassos, não são especializados. Por um lado, isto é provocado pela falta de formações específicas na área em alusão nos países PALOP-TL, que só de forma recente começaram a implementar formações superiores de gestão cultural e afins, o que dificulta a contratação de pessoal especializado. Por outro lado, a adaptação do pessoal é um processo que se dilata no tempo e que tem que acomodar-se nos sistemas de contratação pública, o que não permitirá uma mudança rápida neste aspecto. Enfim, a alta rotatividade do pessoal impede um maior aproveitamento da experiência acumulada, um recurso valioso e tão importante como a formação.
- Em terceiro lugar, as instituições culturais públicas têm financiamento desadequado, com orçamentos baixos tanto em termos gerais como em termos relativos. Os orçamentos baixos derivam de uma escassez orçamental geral, agravada nos últimos anos pela conjuntura económica, mas também de uma consideração da cultura como despesa e não como investimento pelos decisores políticos. A falta de valoração das ICCs pelo seu contributo tanto económico como em termos de coesão social leva a assimilação da cultura com uma atividade de lazer, e portanto, com um luxo num contexto de grandes constrangimentos económicos. A referida falta está relacionada com a falta de sistemas de monitoria, e portanto, de dados fiáveis. Em resultado, os orçamentos não só são desadequados, mas também uma grande parte dos mesmos é alocada a salários e não à execução de programas de apoio e desenvolvimento cultural. As percentagens dos orçamentos alocadas a despesa com pessoal são relativamente altas em todos os PALOP-TL, o que faz com que muitas vezes o pessoal se veja reduzido a inatividade por falta de meios básicos para desenvolver programas, o que leva a um desperdício do potencial desse pessoal.
- Por último, há que destacar a escassa eficácia das políticas públicas das ICCs que tem duas causas. Em primeiro lugar, mesmo quando existem políticas ou programas aparentemente bem desenhados, há uma fraca implementação das mesmas. Muitos destes programas são adoptados por influência dos parceiros, mas não existe um interesse real nos mesmos. Noutros casos, mesmo existindo um interesse pela implementação, existe uma dificuldade em passar do papel à acção, de ser proactivo na mobilização dos recursos. Em segundo lugar, o desenho das políticas e programas é pouco realista, foge da *evidence-based policy* devido a uma falta de dados sobre os principais indicadores culturais nos PALOP-TL. Assim, a falta de dados estatísticos é um dos problemas graves do sector, já que não permite uma planificação orientada para resultados.

Existência de um quadro regulador das ICCs desadequado. Neste aspecto, é notável a heterogeneidade de situações nos PALOP-TL. No entanto, todos compartilham um certo grau de inadequação deste quadro regulador para um desenvolvimento óptimo das ICCs.



- Em primeiro lugar, tanto o sistema tributário como a legislação relativa ao emprego não é adequada para as ICCs. As ICCs definem-se maioritariamente como PME que necessitam de sistemas tributários simples e flexíveis, assim como cargas tributárias adequadas a negócios que habitualmente têm uma actividade intermitente. Em algum dos PALOP, como Moçambique ou Cabo Verde se avançou neste aspecto, mas outros como São Tomé tem sistemas gravosos de mais para começar uma empresa. Por outra parte, os recursos que existem neste âmbito não são aproveitados pelas ICCs por desconhecimento dos mesmos, sendo que a burocracia e a fiscalidade constitui um assunto escuro para a maior parte dos agentes culturais. Aliás, a legislação do trabalho amiúde dificulta a integração dos trabalhadores das ICCs nos sistemas de segurança social, por um lado porque os modelos de contratação são complexos ou excessivamente gravosos para o grau de desenvolvimento das ICCs, e por outro lado, porque ainda não existem Estatutos do Artista que possam integrar as suas particularidades nos sistemas de segurança social. Isto faz com que muitos agentes das ICCs, mesmo criando postos de trabalho permanentes, fiquem na economia informal, o que leva a uma precarização da situação do trabalhador tanto como para uma perda de receitas para o estado.
- Em segundo lugar, as leis de mecenato não existem, são antigas ou são pouco adequadas. Sendo que os recursos públicos são escassos, a mobilização do mecenato privado é importante para sustentar as ICCs, especialmente em aqueles sectores menos comerciais, ou em aqueles espaços geográficos que pelas suas características oferecem menos rendimento. Existe um certo patrocínio privado, especialmente das grandes marcas, que usam os eventos culturais como ferramenta de marketing, mas este modelo não é suficiente, porque está concentrado em determinados tipos de eventos.
- Em terceiro lugar, não existe uma proteção adequada dos Direitos de Autor. Esta situação deriva da inexistência de leis de direitos de autor e regulamentos, ou da existência de leis obsoletas, mas também e sobretudo, dos recursos fracos para a sua implementação, seja através das instituições públicas, ou através das sociedades de gestão colectiva dos direitos. Os sistemas eficazes de gestão precisam de uma estrutura pesada, com pessoal para a inspeção, com *softwares* de gestão complexos, e isto só é possível se vários requisitos se cumprirem: em primeiro lugar, a existência de uma vontade política clara de aplicar a lei, com aplicação sistemática de multas para os incumpridores; em segundo lugar, a existência de sociedades de gestão colectiva de alta representatividade, que permita suportar os custos da estrutura; e finalmente, a existência de um mercado real e importante dos produtos protegidos, de forma que a relação custo-benefício da estrutura seja sustentável. Para além disso, as leis de direitos já desenvolvidas nem sempre estão adaptadas aos novos modelos de negócio, mais virados para os diferentes tipos de licenciamento e para os direitos conexos, do que para os direitos por cópia vendida, o que torna difícil aproveitar novas fontes de renda para os autores.
- Por último, os quadros reguladores sectoriais apresentam inúmeras fraquezas. Para os sectores como o do património está mais avançado, mas em sectores como o do cinema, a música ou os espectáculos ao vivo, existem ainda grandes lacunas ou regulamentos pouco conhecidos pelos agentes das ICCs, o que dificulta um enquadramento formal das suas actividades. Noutros casos, existindo estes regulamentos, funcionam mais como um constrangimento que como um facilitador da actividade.

Baixas capacidades no sector das ICC. A fraqueza das capacidades dos agentes privados das ICC tem duas causas fundamentais: por um lado, os recursos humanos pouco especializados; por outro, as oportunidades de financiamento muito escassas.

- Relativamente ao problema dos recursos humanos, duas grandes lacunas formativas podem ser identificadas. A primeira está relacionada com a formação em empreendedorismo específico para as ICCs, já que estas não estão incluídas nos programas de formação e emprego profissional ou vocacional nos casos em que estes existem. Assim, existem agentes com uma grande capacidade no que diz respeito a inovação ou do artístico mas que não têm habilidades de negócio, pelo que a passagem da economia informal à formal constitui um desafio. Em grande parte, isto resulta de uma visão das ICCs como actividades amadoras ou não lucrativas, o que faz com que não estejam ligadas às políticas de crescimento económico e de investimento no sector privado.

A segunda lacuna formativa está ligada às formações artísticas e técnicas que continuam a ser incompletas ou de baixa qualidade. As escolas que oferecem formações formais, se bem que com grandes avanços nos últimos anos, têm um alcance limitado devido à sua concentração nas capitais e ao custo das propinas. Para além disso, a formação formal não alcança todos os sectores artísticos, e ainda menos, todos os sectores técnicos, sendo que para âmbitos como luz e som a oferta formativa no conjunto dos PALOP-TL é inexistente. Para além disso, uma parte importante da formação artística



é feita através de esquemas de ensinamentos tradicionais – de mestre para aprendiz - o que tem a vantagem da transmissão intergeracional de conhecimento, mas também apresenta desafios importantes como a dificuldade de introduzir inovações ou a exclusão das mulheres de certos ensinamentos.

- Em relação às fracas oportunidades de financiamento das ICCs, devem ser destacadas várias causas. Em primeiro lugar, pode ser identificada a fraqueza do mecenato nos PALOP-TL devido aos problemas de regulação já referidos, nomeadamente a preferência dos mecenas por outros sectores, como os sociais ou educativos, devido a sua maior visibilidade. Não existem esquemas de posta em valor da cultura para o mecenato, que mostrem o seu rendimento em visibilidade e permitam colocar em relação as empresas com projectos que precisam de financiamento.

Em segundo lugar, pode ser apontada a fraqueza de fundos de apoio público às ICCs em resultado dos problemas orçamentais referidos anteriormente. Os orçamentos públicos são alocados principalmente ao pagamento de salários e de actividades correntes, de forma que o financiamento directo dos agentes culturais é quase marginal. Além disso, os próprios orçamentos estão muito centralizados, com o que as estruturas centrais transformam-se em promotores culturais em vez de serem ordenadores do sector.

Em terceiro lugar, a dificuldade de acesso ao crédito bancário para os agentes das ICCs, devido tanto a juros dos créditos comerciais altos como à percepção das ICCs como sendo de alto risco por parte das instituições prestatárias como dos próprios agentes das ICCs. A maior parte das ICCs são PME que precisam de financiamentos relativamente pequenos, e para os quais os juros dos bancos comerciais ultrapassam as suas possibilidades, mesmo quando se trata de formatos de microfinanciamento. Por outra parte, os bancos comerciais desconhecem as dinâmicas das ICCs, e portanto não podem fazer uma avaliação acurada do seu risco. Finalmente, os próprios agentes culturais entendem que a margem de lucro nestas actividades é pequena demais para assumir os riscos de juros tão altos.

Por último, deve ser destacada a fraqueza dos mercados da cultura de pagamento nos PALOP-TL, devido, por um lado, ao fraco poder de aquisição das populações locais e ao tamanho reduzido dos seus mercados nacionais, e, por outro, a uma escassa internacionalização das ICCs que permita aproveitar as economias de escala. Embora o público para os eventos culturais seja abundante em todos os países PALOP-TL, onde a população participa dos mesmos, o problema se coloca quando se passa de eventos ou produtos gratuitos para eventos que exigem pagamento. Os públicos são então concentrados nas cidades, onde em média a capacidade aquisitiva é maior, e onde existe uma massa crítica que faz rendíveis os espetáculos e a distribuição de produtos e serviços. No entanto, é muito mais complexo desenvolver públicos nas áreas rurais ou mais apartadas, onde o poder aquisitivo é mais limitado. Por outra parte, a inexistência de redes importantes de distribuição nestas áreas, faz com que a prestação do serviço ou a chegada do produto tenha custos adicionais, encarecendo o preço final. Os mercados nacionais são portanto de pequeno tamanho, e com poucas excepções, o grau de internacionalização que permita economias de escala é ainda fraco. A maior parte das ICCs actua ao nível local, e apesar de algumas iniciativas, a exportação é quase inexistente. A internacionalização requer um forte financiamento assim como habilidades específicas –conhecimento de línguas, dos mercados...- que dificilmente podem ser desenvolvidas individualmente, sem um apoio das estruturas públicas, que até ao momento apenas existe em Cabo Verde.

Estes problemas resultam numa fraca participação das ICCs na economia formal dos PALOP-TL, sendo que não são aproveitadas as suas potencialidades em termos de geração de rendimento e emprego, o que contribui para uma fraca produção cultural, tanto em termos de qualidade, como sobretudo de quantidade.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ACÇÕES RELEVANTES IDENTIFICADAS

É importante destacar que o MIP aponta os objectivos estratégicos do programa, e que portanto, na fase de identificação era preciso concretar as acções mais pertinentes ou áreas de intervenção para alcançar esses objectivos.

As propostas de acção identificadas pelos estudos nacionais são de variada natureza (ver matriz no anexo), abrangendo desde propostas de acção integral, que se bem resultem necessárias para o desenvolvimento das ICCs ficam longe da dimensão de um programa regional de curta duração, até propostas muito concretas de actividades pontuais com uma dimensão regional. Nem todos os relatórios levaram a cabo uma hierarquização das propostas, pelo que é difícil a priorização de actividades concretas, mas as ditas propostas permitem identificar áreas de acção, fundamentalmente as identificadas na análise de problemas, e sectores



preferenciais, que variam de um país para outro. Em Angola destaca-se tudo relativo ao património imaterial e ao artesanato; Cabo Verde concentra-se no turismo cultural e nos serviços afins; Guiné Bissau no artesanato e nos espetáculos ao vivo; Moçambique propõe concentrar-se tanto no sector da música, como no sector do artesanato, incluindo financiamento como elemento importante; São Tomé e Príncipe se orienta para o turismo cultural, igual que Timor Leste. Além das propostas genéricas coincidentes, como a necessidade de formação em empreendedorismo criativo, destacam-se algumas propostas concretas nas que também há uma coincidência entre os diferentes PALOP-TL, como a necessidade de criar marca-país e denominações de origem, a oportunidade de criar esquemas de financiamento em moldes comerciais ou a pertinência de facilitar a mobilidade de artistas e outros trabalhadores das ICCs.

As lógicas aplicadas na análise de cada país são complexas e ultrapassam o alcance deste documento de síntese, sendo portanto necessário referir-se os relatórios nacionais para uma melhor compreensão.

GRANDES ÁREAS DE INTERVENÇÃO: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A análise dos problemas partilhados por todos os PALOP-TL aponta para três grandes áreas de intervenção, relacionadas com o quadro institucional, com as oportunidades formativas e com as oportunidades de financiamento.

- **Quadro institucional**

O quadro institucional eficiente é considerado como imprescindível para a consolidação das ICCs e a exploração das suas potencialidades. Porém, foi constatada a debilidade do mesmo em todos os PALOP-TL pelos motivos já assinalados acima. Contudo, os desafios que apresenta o tratamento desta área de intervenção para um programa regional são inúmeros:

- Os programas de fortalecimento institucional que envolvem no mínimo uma revisão organizacional, capacitação de recursos humanos e apoio no desenvolvimento de políticas requerem um volume de fundos importante e um período de implementação longo –mais longo quanto mais débil é a institucionalidade- que ficam fora do alcance do presente programa.
- As possibilidades de apoio orçamental são escassas ao não existir estratégias que estejam a ser implementadas de forma sistemática.
- Os intercâmbios regionais entre as instituições pertinentes são escassos ou inexistentes, tornando difícil o desenvolvimento conjunto de programas de dimensão regional.
- No âmbito do quadro legal as lacunas são variadas e transversais, mas não existe um plano organizado de melhoria do mesmo, e as intervenções anteriores na matéria provocaram a existência de regulamentos com pouca ou nula implementação.
- Ainda dentro do âmbito do quadro legal, no que se refere aos direitos de autor constataram-se dificuldades na implementação de intervenções que com um custo-benefício positivo contribuíram para a aplicação das leis existentes e por aprovar.
- Relativamente aos dados sobre o sector cultural, constata-se a dificuldade em criar contas-satélite de cultura nos respectivos INEs sem contar com uma institucionalidade forte, e num prazo de tempo breve.

Ante estes desafios, as recomendações foram as seguintes:

- Dado que a criação do emprego nas ICCs corresponde ao sector privado, principalmente aos fazedores da cultura, estes devem ser os beneficiários finais e principais do programa, evitando actividades de fortalecimento institucional custosas que contribuiriam para a pulverização de recursos.
- O papel das instituições no programa deve ser o de parceiros de implementação, canalizando o apoio para os beneficiários finais através de projectos concretos.
- O universo das instituições de relevo para as ICCs não pode ser circunscrita às instituições culturais, mas abrange as instituições relativas a formação, emprego e empreendedorismo, pelo que é necessário apoiar mecanismos de coordenação e programas conjuntos.
- A introdução das novas tecnologias é indispensável para melhorar a comunicação das instituições, e oferece inúmeras vantagens para dinamizar a regionalização.
- A obtenção de dados estatísticos básicos sobre a cultura é uma necessidade incontornável para a análise e a planificação profissional das ICCs, e portanto, há que buscar um sistema que permita obter dados comparáveis entre os PALOP-TL.

- **Oportunidades formativas**

As lacunas formativas encontradas afectam tanto os agentes públicos como os agentes privados, e abrangem as formações de gestão, artísticas e técnicas. Os desafios encontrados neste âmbito são os seguintes:



- O desenvolvimento e implementação de novos currículos para os Sistemas Nacionais de Qualificações exigem um período de tempo que ultrapassa o da implementação do programa.
- A relação entre as lacunas formativas analisadas e a capacidade de absorção do mercado de trabalho nem sempre permitem estabelecer um rédito positivo nas formações de longa duração em certas áreas.
- As formações de tipo mais específico encontram difícil acomodo em espaços pequenos, como São Tomé e Príncipe, em que inicialmente o número de formandos não justificaria o custo de implementação de certas formações de longa duração.
- É difícil encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento de formações básicas com capacidade de gerar modelos inclusivos no mercado de trabalho, e o desenvolvimento de formações de especialização complementar para as camadas mais preparadas.
- Para uma grande parte das formações das ICCs o desafio maior é a falta de formadores capacitados de qualidade nos próprios PALOP-TL.

As recomendações foram as seguintes:

- Concentrar os esforços nos programas de curta duração e ligação imediata com o mercado de trabalho, abrangendo os diferentes níveis.
- Aproveitar as estruturas existentes, especialmente criando programas conjuntos entre instituições complementárias que aproveitem sinergias e maximizem o aproveitamento do *know-how* e das próprias infraestruturas.
- Apoiar sistemas “ponte” entre a formação e o mercado de trabalho, como os *kits start up*, as incubadoras, os estágios profissionais e outros.
- Considerar a introdução da inovação, as novas tecnologias e os novos modelos de negócios como um currículo transversal obrigatório para todas as formações no âmbito das ICCs.
- Apoiar modelos formativos escaláveis e replicáveis, e que permitam criar uma dimensão regional pela partilha de currículos ou pela circulação de formadores e formandos.
- Impulsionar formações de carácter básico não profissionalizante, especialmente dirigidas às crianças, para fomentar as futuras vocações criativas, aproveitando as redes de centros e casas culturais.
- **Oportunidades de financiamento**

As causas das escassas oportunidades de financiamento das ICCs nos PALOP-TL têm a ver tanto com as poucas oportunidades de acesso a fundos, como com os constrangimentos de mercados de pequeno tamanho.

Os desafios para o programa neste âmbito são vários:

- Inúmeras dificuldades para mobilizar o mecenato como fonte de financiamento ao exigir coordenação de várias instituições públicas, mecanismos de advocacia e implementação de estruturas redistributivas equitativas.
- Novidade de aplicar às indústrias culturais uma lógica de mercado e não de subsídio por parte das instituições públicas e privadas.
- Não existem nos PALOP-TL experiências prévias de economia colaborativa e outros modelos alternativos de financiamento que são usuais nas ICCs.
- Encontrar um equilíbrio entre as necessidades de financiamento das ICCs, de pequeno volume, com as necessidades de gerar impacto através de fortes investimentos, e com a complexidade de gestão dos esquemas de financiamento.
- Ultrapassar os riscos de os fundos serem fagocitados pelos parceiros de implementação.
- Dificuldade de compatibilizar a implementação de projectos de criação de audiências (consumidores/mercados) de longo prazo, com a necessidade urgente de criar mercados que sustentem as ICCs de forma imediata.
- Fazer compatível o direito de acesso à cultura com a sustentabilidade das ICCs, ultrapassando uma visão unidimensional da cultura e da criatividade como elementos económicos, e introduzindo a ideia de cultura como bem público.

As recomendações nesta área são:

- Apoiar esquemas de financiamento em moldes comerciais –reembolsáveis- que contribuam para a sustentabilidade do programa e para a profissionalização das ICCs.
- Promover a proactividade na angariação de fundos e procura de investimentos com recurso a fontes várias e modelos alternativos.
- Acrescentar os mercados locais através de sistemas de incentivos ao gasto (como vales culturais) ou sistemas de bonificação da produção (fundos de apoio à produção, fundos de apoio à mobilidade ou à distribuição).



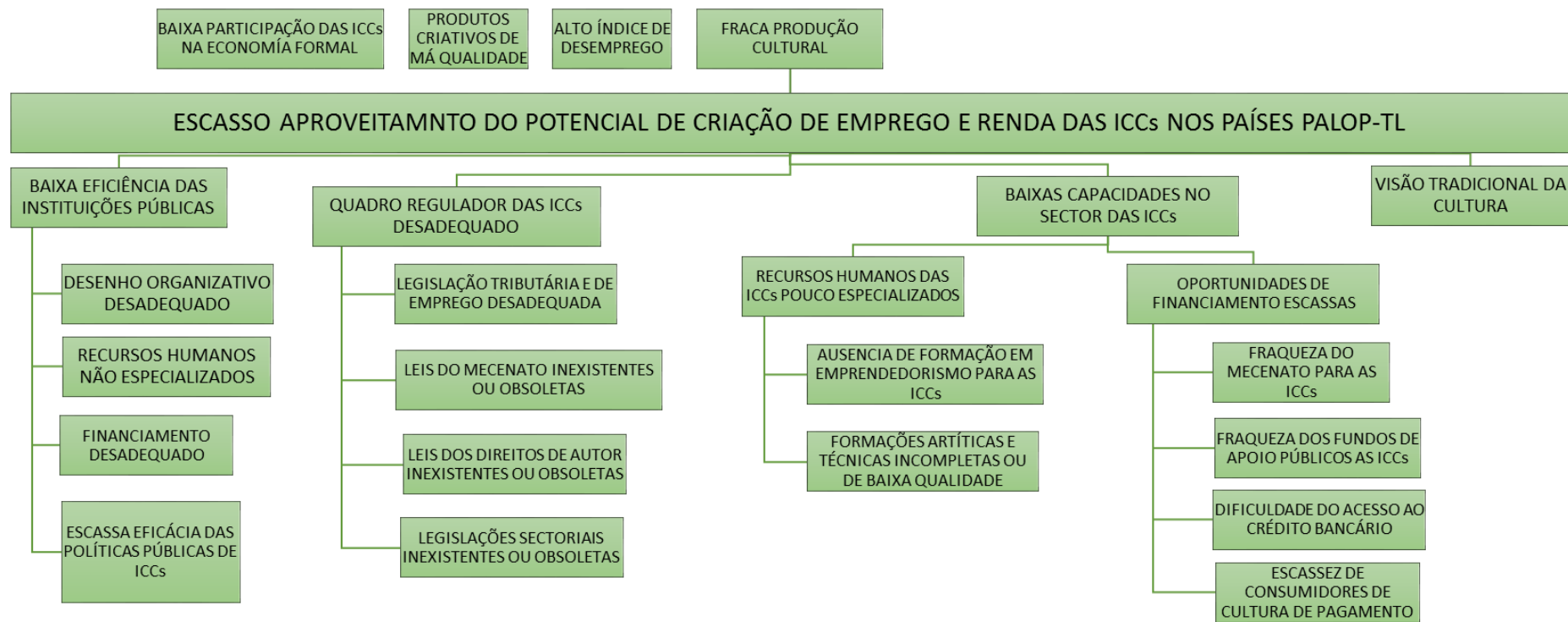
- Concentrar o financiamento em aqueles sectores considerados estratégicos por cada país pelo seu potencial de gerar externalidades.
- Fomentar programas de internacionalização mediante o apoio à exportação, à difusão de marca-país e a criação de redes e plataformas de distribuição de dimensão regional e internacional.

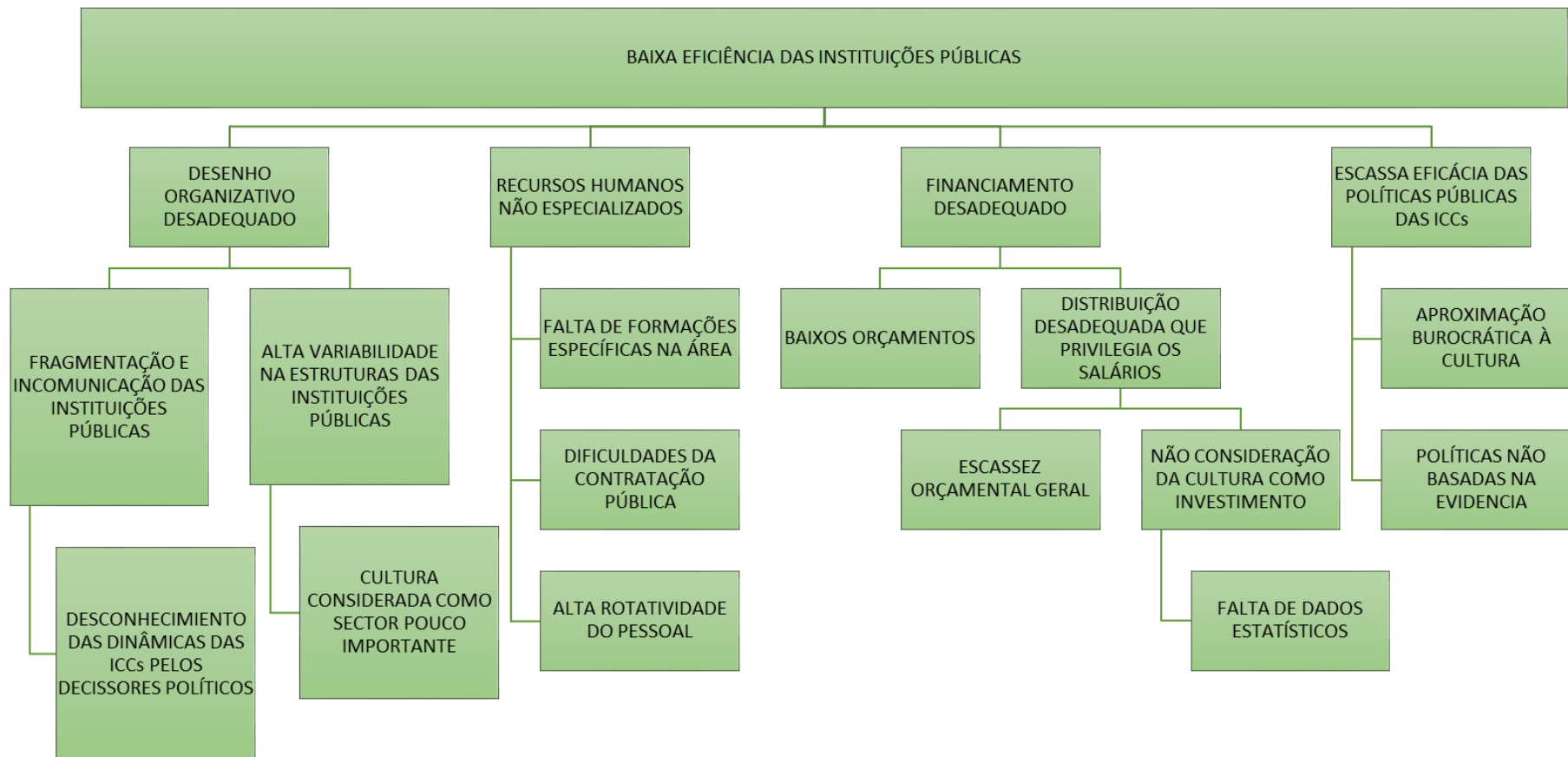
Além das considerações particulares sobre as áreas de acção, é necessário adicionar algumas considerações de carácter geral:

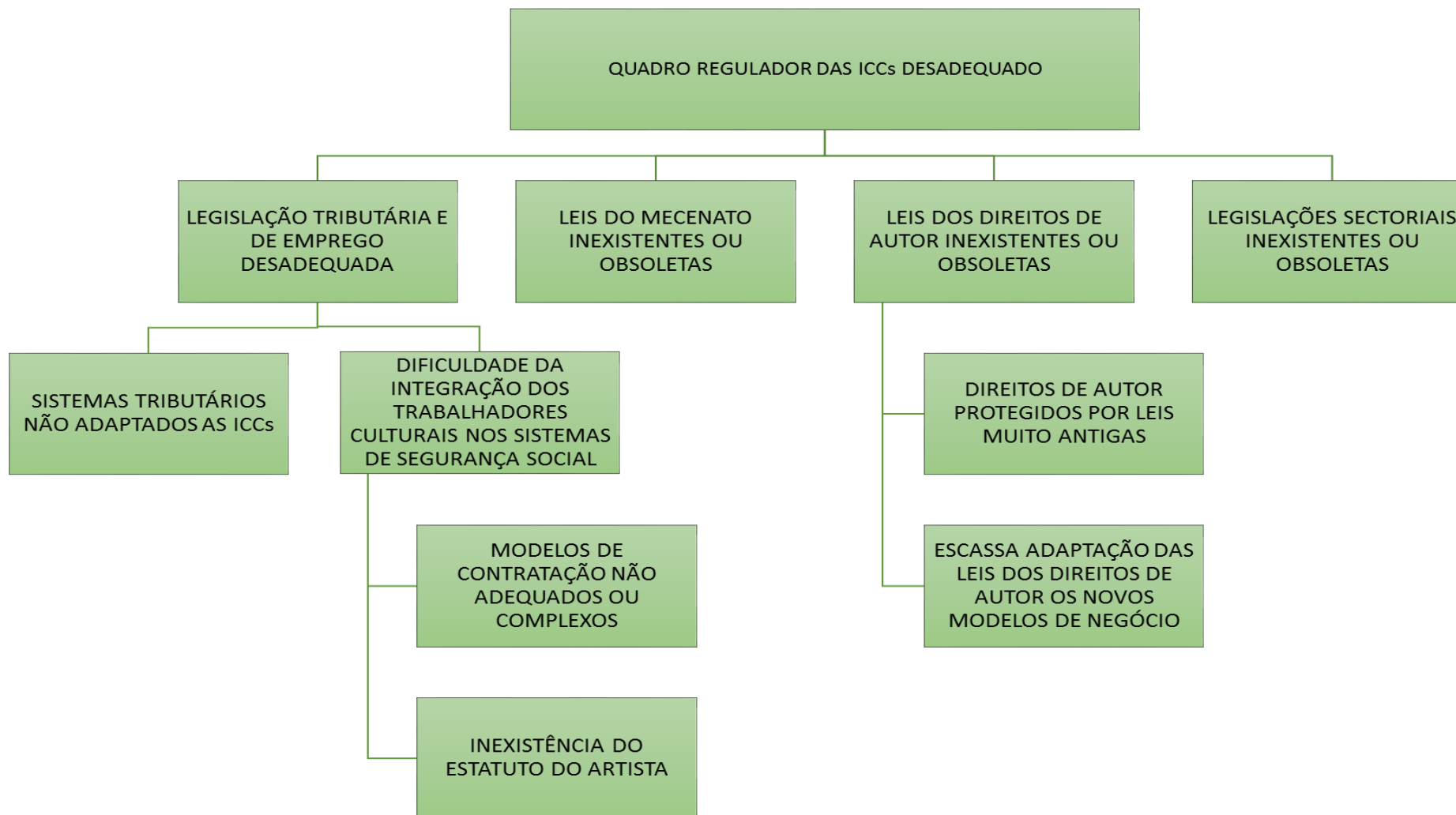
- O programa enfrenta o desafio de ultrapassar interesses nacionais para criar uma dimensão regional. É portanto necessário introduzir elementos que incentivem a criação de projectos de alcance regional que envolvam uma multiplicidade de parceiros.
- As capacidades de instituições e agentes privados das ICCs nos PALOP-TL são extremamente fracas, precisando de acompanhamento não somente na implementação dos projectos, como também no desenho dos mesmos, especialmente para os projectos de grande tamanho.
- As ICCs nos PALOP-TL têm uma forte componente tradicional, com tendência a se concentrarem em modelos de negócio conservadores. O programa deve fomentar a inclusão da inovação tanto nos produtos como nos modelos de negócio ou organizacionais, alentando parcerias transversais com organismos virados para a tecnologia e para novos modelos de economia.

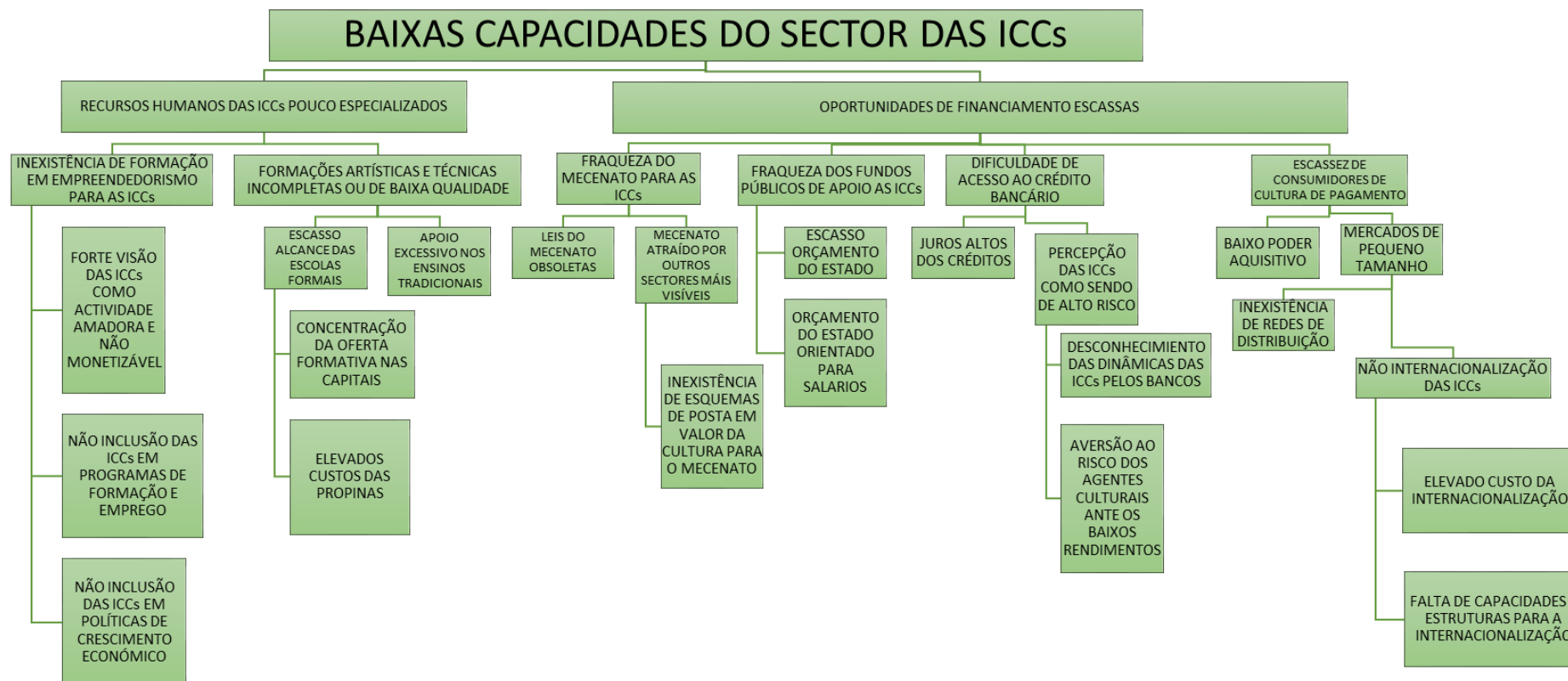


ANEXO 1: ANÁLISE DE PROBLEMAS











ANEXO 2: MATRICES DAS ACÇÕES IDENTIFICADAS NO NÍVEL NACIONAL



ANGOLA

Estudo e desenvolvimento das Comunidades tradicionais	Artesanato nas comunidades e recuperação das escolas tradicionais	Promoção das artes tradicionais-Música, dança e teatro	Valorização de Medicina e Farmacopeia tradicional	Inserção da Arte, Indumentária, gastronomia nacionais e elementos iconográficos na Indústria e Comércio e Criação de bens virados para o turismo	Investigação de Técnicas Tradicionais e sua Inserção na Agricultura e na Indústria
<ul style="list-style-type: none"> • Obter maior disponibilidade de dados e informações sobre as comunidades tradicionais em todas as regiões do país, quanto à organização social, económica e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e promover o desenvolvimento do artesanato a nível das províncias e do país, e o interesse pelo estudo e o aprofundamento do conhecimento do artesanato na comunidade e na cultura angolana 	<ul style="list-style-type: none"> • Efectuar a recolha e a inventariação das diversas formas e instrumentos musicais, danças tradicionais e teatro e promover a sua divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar, promover e valorizar a medicina e farmacopeia tradicional, como forma de desenvolver e valorizar o tratamento de diversas patologias, através de práticas tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a arte, indumentária, gastronomia nacional e elementos iconográficos, a sua utilização e disponibilização na indústria e no comércio nacional e internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar e registar as técnicas tradicionais utilizadas na agricultura e na indústria, bem como promover a sua divulgação e troca de experiências em todas as regiões do país.



CABO VERDE

EIXO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
TIPO	ESTRATEGIA
ARTICULAÇÃO INTERMINISTERIAL E INTERINSTITUCIONAL	Implementação do Plano Cabo Verde Criativo
FINANCIAMENTO E FOMENTO TÉCNICO	Fortalecimento e ampliação do FAAC/Banco da Cultura
	Desenvolvimento e fortalecimento de clusters turísticos
	Criação de uma rede de pontos de venda de produtos criativos cabo-verdianos
	Criação de um programa de logística através da criação de uma Empresa para servir de suporte ao comércio de produtos criativos caboverdeanos
	Criação de um cartão de viagem pré-pago “Cabo Verde Criativo” para o consumo de bens e serviços criativos cabo-verdianos na rede de pontos de venda dos produtos com selo “Cabo Verde Criativo”
	Fomento a criação de incubadoras e promoção do desenvolvimento de negócios
	Criação, dentro da ADEI, de um núcleo orientado para a promoção de negócios criativos.
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E EMPREENDEDORES DOS SECTORES CULTURAIS E CRIATIVOS	Criação de uma rede de escolas profissionalizantes voltadas para o desenvolvimento de vocações locais associadas aos sectores criativos das municipalidades
	Realização de um Seminário Nacional de Formação em Cultura, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento da economia criativa cabo-verdiana.
	Criação do Programa Nacional de Educação Cabo Verde Criativo
	Criação do Programa Nacional de Capacitação Técnica para as cadeias produtivas dos setores criativos de Cabo Verde
CRIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE NORMAS E REGULAMENTOS	Regulamentação de profissões associadas às cadeias produtivas dos setores criativos de Cabo Verde
	Propor nova regulamentação para o fortalecimento do Fundo Autónomo de Apoio à Cultura e revisão da Lei do Mecenato



	Propor regulamentação para os direitos autorais e conexos, incluindo regulamentação dos mecanismos de coleta, distribuição, fiscalização e o funcionamento da organização responsável
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, EXPORTAÇÃO E MARCA-PAÍS	Articulação junto aos governos brasileiro e português de parcerias que garantam a integração em mercados e a alavancagem do potencial exportador cabo-verdiano junto à CPLP
	Fortalecimento e ampliação do Programa Exportação da cultura
	Formulação de uma política nacional e internacional para a circulação e exportação de produtos criativos cabo-verdianos fundamentada na marca “Cabo Verde Criativo”
	Criação do selo “Cabo Verde Criativo”
	Investimento e desenvolvimento de campanhas de comunicação para a construção da marca-país “Cabo Verde Criativo”
PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO E GERAÇÃO DE CONHECIMENTO	Fortalecimento e ampliação da parceria internacional com institutos internacionais de pesquisa e estatística para compartilhamento da metodologia de medição da conta-satélite da cultura e desenvolvimento de cestas de indicadores para mensuração e acompanhamento dos setores criativos de Cabo Verde
	Criação do Observatório Cabo-verdiano das Economias Criativas
EIXOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS	
TIPO	ESTRATEGIA
MÚSICA	Criação de um Centro Técnico Audiovisual com estúdios de gravação, mixagem, edição e pós produção de áudio e vídeo, com padrão de excelência internacional e capacidade de formação e capacitação de novos técnicos para a Indústria Audiovisual cabo-verdiana, assim como para atender a crescente demanda do mercado local para a expansão de sua capacidade de produção.
	Criação de uma plataforma de agregação e distribuição digital dedicada á música de cabo Verde, agregando e integrando conteúdos audiovisuais produzidos pelas empresas produtoras fonográficas e, principalmente, pelos artistas independentes.
	Autorização pelo estado de uma Sociedade de Autores com representatividade nacional para administrar o sistema de coleta e remuneração dos Direitos de Autor e Conexos
ARTESANATO	Fortalecimento do Programa RENDA
PRODUTOS DA TERRA E DO MAR	Criação do selo “Cabo Verde criativo” para certificação de origem de produtos da terra e do mar



	Comercialização dos produtos da terra e do mar com certificação de origem na rede de pontos de venda de produtos criativos cabo-verdianos
	Fortalecimento da gastronomia cabo-verdiana identitária através da realização de eventos e da identificação de roteiros de bares e restaurantes
FESTAS CELEBRAÇÕES E FESTIVAIS	Criação e consolidação de um calendário anual de festas, celebrações e festivais com a finalidade de posicionar Cabo verde como destino turístico-cultural diferenciado, através de uma campanha massiva de marketing em parceria com companhias aéreas, agências de viagem e demais operadores turísticos, incluindo mobilização da diáspora cabo-verdiana.
TURISMO CULTURAL E DE EVENTOS	Fortalecimento do turismo cultural e de eventos de Cabo Verde a partir da integração de programas, projetos e ações intersetoriais de Ministérios e demais atores envolvidos
CULTURA DIGITAL	Criação de um programa de inclusão digital
TERRITORIOS E BAIROS CRIATIVOS	Aperfeiçoamento do Projeto Bairros Criativos
	Ampliação e consolidação da Rede Nacional de Museus fortalecendo o desenvolvimento local e a promoção da memória e das tradições cabo-verdianas nas municipalidades



GUINÉ-BISSAU

GERAL/TRANSVERSAL

GERAL/TRANSVERSAL	
DOMÍNIO PROGRAMÁTICO	EIXOS ESTRATÉGICOS DE OPERACIONALIZAÇÃO
FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Criar e adotar textos legais e normativos para os diversos sectores das indústrias criativas
	Criar instituições vocacionadas para o desenvolvimento de indústrias culturais, criativas e promoção turística
	Estimular mecanismos de articulação entre instituições tanto públicas como privadas
	Criar programas radiofónicos, televisivos sobre indústrias criativas e economia da cultura e introduzir cadeiras de educação musical e artística e trabalhos manuais nos currícula escolares
	Registar marcas de Indicação Geográfica
	Fortalecer o Gabinete de Direitos de Autor
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Criação de Centros de formação Técnica e Profissional e Escolas de Artes e Ofícios
	Institucionalização de um Sistema Nacional de Qualificações e Acreditação de Centros de Formação e elaboração de perfis e catálogo de profissões
	Formação de formadores
	Criação de Centros de Emprego
FINANÇAS E MICROCRÉDITOS	Criar, apoiar e fomentar instituições de financiamento e de crédito para as atividades culturais
CULTURA	Promover e estimular o turismo cultural
	Promover a recuperação da Escola Nacional de Música, Centro de Recursos Culturais e incentivar a formação dos jovens, artistas, músicos e compositores.
DOMÍNIOS ESPECÍFICOS/ SECTORIAL	
DOMÍNIO PROGRAMÁTICO	EIXOS ESTRATÉGICOS DE OPERACIONALIZAÇÃO
PATRIMONIO CULTURAL	Deposição junto a UNESCO da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais



	Aprovação e promulgação da lei do património cultural
	Identificação, recenseamento e classificação do património material e imaterial
MÚSICA	Aprovar leis e regulamentos sobre manifestações culturais
	Criar e equipar escolas de música
	Criar estúdios de gravação áudio e vídeo; digitalização e utilização de novas tecnologias de informação e comunicação
	Fortalecer o Gabinete dos Direitos de Autor
	Criar e construir espaços adequados para realização de espetáculos musicais e promover festivais nacionais, regionais e no interior dos bairros
	Dinamizar a criação de casas de música
CARNAVAL	Criar uma estrutura para organização e gestão do carnaval
	Criar o Museu do Carnaval e do Entrudo
	Internacionalizar o Carnaval
ARTESANATO	Reestruturar e dinamizar o sector
	Formar e capacitar recursos humanos da Direcção geral de artesanato e artesãos
	Captar recursos financeiros e financiamentos a favor dos artesãos
	Promover a comercialização de produtos artesanais



MOÇAMBIQUE

OPÇÃO 1: MÚSICA

- Elaboração de uma guia da música
- Capacitações em negócio musical
- Fundo de apoio a produção musical
- Fundo de mobilidade para a música
- Feria Internacional da música de Maputo
- Criação de uma rede alternativa de distribuição do disco

FESTIVAL ARTÍSTICO
MULTIDISCIPLINAR
PALOP-TL

BANCO DA CULTURA

OPÇÃO 2: ARTESANATO

- Programa formativo da CEDARTE para artesãos
- Programa de fomento do artesanato nas Feiras Internacionais Profissionais
- Programa de exportação do artesanato do IPEX



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

OPÇÕES POLÍTICAS		
NÍVEL	OBJECTIVO	OPÇÕES POLÍTICAS
NÍVEL MICRO	Analisar e mapear o impacto económico, social e ambiental das ICCs	Análise aprofundada dos ciclos da cadeia de valor, revisão das políticas sectoriais existentes, avaliação de cada indústria criativa, análise das condições específicas locais, mapeamento de grupos culturais e de artistas nos diversos subsectores
	Analisar a situação do capital criativo e do conhecimento	Avaliação do perfil de formação profissional e ensino técnico a implementar para elevar o conhecimento e as capacidades de empregabilidade da população, envolvendo universidades, institutos politécnicos e centro de formação profissional.
	Apoiar o auto-emprego e o empreendedorismo criativo	Apoia as iniciativas de desenvolvimento de auto-emprego e de empreendedorismo criativo mediante apoio financeiro e fiscal, capacitação em gestão, ferramentas para início de negócios, marketing e estratégias de mercado
NÍVEL MESO	Analisar comparativamente a relação entre indústrias criativas e relacionadas	Criação de grupos criativos e infra-estruturas pra indústrias criativas visando melhorar as práticas, compartilhar o conhecimento e absorver o setor informal
		Organização de redes de comunicação e associações setoriais, facilitação de parcerias e joint ventures envolvendo diferentes partes interessadas, incluindo ONG, universidades e outros parceiros
		Expansão da utilização das TIC e promoção da utilização de outras tecnologias novas com vista a aproveitar o potencial de novos modelos de negócios em todos os pontos da cadeia criativa
		Identificação de interfaces cruciais e intermediárias no seio dos integrantes
NÍVEL MACRO	Estabelecer um sistema de formulação de políticas informadas e com base nas evidências	Definição de um sistema de monitoria e coletar informações necessárias para identificar modelos mais apropriados
		Distinção das lacunas existentes entre estatísticas nacionais e atividades de mercado real para instrumentos de avaliação
	Criar mecanismos institucionais mais eficientes	Criação do Ministério da Cultura e as indústrias Criativas, autonomizando o setor como estratégico, ou, no mínimo, criação de um centro multidisciplinar ou um grupo de trabalho interministerial, diretamente



		dependente do Primeiro Ministro, para facilitar a coordenação entre os interesses das valências culturais, educacionais, laborais, tecnológicas, financeiras, turísticas, comerciais e migratórias
	Concretizar o desenvolvimento socioeconómico	Identificação aprofundada das singularidades, medidas de aproveitamento das oportunidades e potencialidades, de minimização das ameaças e das limitações das indústrias criativas locais e de expansão para o mercado internacional
		Análise das limitações dos Direitos autorais e direitos conexos existentes, do investimento e benefícios fiscais e implementação de uma lei de concorrência adequada
	Criar identidades nacionais	Concretização da Marca das indústrias criativas como uma estratégia nacional para promover a imagem
		Análise das mudanças ocorridas
		Análise do impacto das indústrias criativas no curto-médio prazo
NÍVEL META	Analisar o impacto das indústrias criativas no longo prazo	Análise das mudanças na estética, estilo de vida, mercantilização durante um longo período e seu impacto nas estratégias nacionais

PROGRAMA FORMATIVO PROPOSTO (23 CURSOS)			
	POS-GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TECNICO-PROFISSIONAIS
EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS			1/ Artesanato; 2/ Olaria; 3/ Cestaria
ARTES VISUAIS			1/ Pintura; 2/ Escultura; 3/ Fotografia
ARTES CÉNICAS		1/ Música; 2/ Teatro, Marioneta e Dança	
EDITORAS E MÉDIAS IMPRESSAS		1/ Edição e Artes gráficas	
AUDIOVISUAIS		1/ Cinema, rádio e televisão	
DESIGN		1/ Arte e Design	1/ Design de interiores; 2/ Design de moda
MULTIMÉDIA		1/ Conteúdos criativos digitais	

COOPERAÇÃO PALOP e TIMOR -LESTE / UE



SERVIÇOS CRIATIVOS	1/ Arquitectura-Restauro e Conservação	1/ Restauro e conservação; 2/ Publicidade e Marketing	
SERVIÇOS TÉCNICOS		1/ Manutenção de equipamentos; 2/ Palco, som e luz	1/ Gastronomia tradicional
GESTÃO		1/ Promoção de eventos	1/ Promoção de eventos; 2/ Produção de instrumentos musicais tradicionais
Cursos de formação pedagógica de formadores			



TIMOR LESTE

RESULTADOS	INDICADORES	MEDIDAS DE ACÇÃO
OG: PROMOÇÃO DO EMPREGO NOS SECTORES CRIATIVOS, MELHORANDO CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS EM TODO O TERRITÓRIO DE TIMOR-LESTE		
Capacitação de mão-de-obra no sector turismo	Reforço dos níveis de qualificações nacionais de III a IV na formação profissional, especificamente, na área do turismo	Com início sugerido para 2017, em colaboração com a SEFPOFE através do envio de formadores internacionais nas áreas do turismo e do comércio com vista capacitar os formadores locais e jovens profissionais
	Programas de estágio internacional	Início de negociação junto das entidades ligadas ao sector deve ser realizado no primeiro ano para possibilitar a execução do programa nos anos seguintes
Capacitação de empresas locais	Capacitação de empresas locais	Aproximação imediata é necessária junto das entidades chave do governo como o IADE, assim como da CCI-TL por forma de maximizar uma linha de execução durante os três anos, com o objetivo de resultar num sistema de apoio sustentável através de mecanismos de monitorização e avaliação
	Projecto “Micro Biz” (apoio de capital financeiro até 20.000\$ as ICCs em parceria com bancos comerciais e/ou instituições relevantes)	Preparação no primeiro ano para lançamento no ano seguinte
OG: PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DE RIQUEZA CULTURAL ATRAVÉS DE DINAMIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL NA COMUNIDADE INTERNACIONAL		
Capacitação de mão-de-obra no sector cultura	Assistência Técnica	Com inicio sugerido em 2017, em colaboração com o SEFPOFE através de envio de formadores internacionais nas áreas de cultura, turismo e do comércio com vista os formadores locais e capacitar jovens profissionais
		Envio de Assistência técnica nas áreas ligadas ao sector cultura como arquivo nacional, SEAC, e outras instituições necessitadas deve ser tomada em conta para os 3 anos



	Mobilidade de artistas	Início de negociação junto das entidades ligados ao sector devem ser iniciados para o primeiro ano para possibilitar a execução do programa nos dois anos seguintes
Empreendedorismo cultural	Calendarização de eventos culturais	Aproximação imediata é necessária junto do governo assim como da CCI-TL por forma a maximizar uma linha de execução durante os três anos e automatizar o sistema criando sustentabilidade
	Exposições semestrais PALOP-TL	Ação imediata para promover exposições internacionais entre os PALOP-TL e outras nações promovendo produtos e negócios internacionais
	Projeto “Loja PALOP-TL”	Será necessário estabelecer equipas de trabalho no ano primeiro para lançamento no ano seguinte



ANEXO 3: ÁREAS DE ACÇÃO REGIONAIS



ÁREA DE INTERVENÇÃO	QUADRO INSTITUCIONAL DAS ICCs	
RESULTADO	Melhorada a eficácia das políticas públicas no âmbito das ICCs	
ACÇÃO 1	Implementação do sistema CDIS nos PALOP-TL	
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIARIOS	POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO
UNESCO	Institutos Nacionais de Estatística Ministérios da Cultura e Indústrias Culturais	Baixa. É uma ferramenta de monitoria e melhora na planificação para resultados, e portanto tem um impacto indireto na criação de emprego
ACÇÃO 2	Fomento da pesquisa e uso de ferramentas e plataformas digitais para o desenvolvimento das ICCs, com especial atenção aos projectos desenvolvidos em conjunto por instituições culturais e instituições de inovação e tecnologia, e com âmbito regional que facilite as ligações entre todos os PALOP-TL	
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIARIOS	POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO
Organismos especializados nas ICCs dos PALOP-TL e dos estados membros Organismos especializados em inovação e tecnologia dos PALOP-TL e dos estados membros	Instituições culturais Usuários das instituições culturais Empreendedores criativos	Baixa/Media. Contribui em primeira instancia a melhorar as comunicações e criar plataformas de coordenação, pero bem orientado contribuirá a difusão de marca e criação de redes de distribuição que acrescente os mercados das ICCs
ÁREA DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES FORMATIVAS PARA AS ICCs	
RESULTADO	Recursos Humanos qualificados e especializados para as ICCs	
ACÇÃO 3	Apoio a programas formativos profissionalizantes de curta duração no domínio das ICCs, com especial atenção ao modelo de incubadoras empresariais e outros modelos de ligação formação/mercado de trabalho, como programas de estágios ou intercâmbio de boas práticas e currículos formativos nos sectores prioritários para cada país	
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIARIOS	POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO
Instituições de formação formal e não formal dos PALOP-TL e dos estados membros Organismos especializados nas ICCs dos PALOP-TL e dos estados membros	Empreendedores culturais e criativos e trabalhadores culturais, assim como trabalhadores em áreas auxiliares das ICCs	Alto, permitindo criar tanto oportunidades de emprego como de auto-emprego, assim como introduzir mecanismos que permitam uma maior participação das mulheres.
ÁREA DE INTERVENÇÃO	FINANCIAMENTO DAS ICCs	



RESULTADO	Oportunidades de financiamento e distribuição dos produtos culturais diversificadas	
ACÇÃO 4	Apoio a fundos e outros esquemas de financiamento (reembolsáveis e não-reembolsáveis) para empresas criativas e empreendedores culturais.	
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIARIOS	POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO
Organismos especializados nas ICCs dos PALOP-TL e dos estados membros Organismos especializados em microfinanças, sistemas de empréstimo e outros esquemas de financiamento para o sector privado Entidades bancarias	Empreendedores culturais e criativos	Alto, permitindo criar tanto oportunidades de emprego como de auto-emprego
ACÇÃO 5	Apoio a projetos de pesquisa e consolidação de mercados nacionais e internacionais para os produtos culturais e criativos, especialmente aqueles baseados na exploração de mercados de escala regional no âmbito dos PALOP-TL e na internacionalização de uma identidade comum, tais como a participação e realização de feiras profissionais, programas de melhoria e apoio à exportação, programas de mobilidade dos trabalhadores culturais, projectos de criação de novas redes de distribuição, programas de promoção dos productos culturais, etc.	
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIARIOS	POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO
Organismos especializados nas ICCs dos PALOP-TL e dos estados membros Organismos especializados no comércio dos PALOP-TL e dos estados membros	Empreendedores culturais e criativos, assim como distribuidores e outros agentes comerciais	Média/Alta. A criação de novos mercados contribui para a sustentabilidade das ICCs e portanto para a consolidação dos postos de trabalho existentes e a criação de novas vagas.





Sectores prioritarios de intervenção

ANGOLA Artesanato Música e espectáculos ao vivo	CABO VERDE Turismo cultural Artesanato	GUINÉ-BISSAU Artesanato Música e espectáculos ao vivo	MOÇAMBIQUE Música e espectáculos ao vivo Artesanato	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE Turismo cultural	TIMOR LESTE Turismo cultural Artesanato
Empreendedorismo e auto-emprego					